

**Perfil Socioeconómico**  
**do**  
**Município de**  
**BUNDAS**

**Lumbala N'Guimbo, Agosto de 2005**

## **ÍNDICE**

### **INTRODUÇÃO:**

**i. Razão**

**ii. Metodologia**

**iii. LISTA DE TABELAS, NÚMEROS e ANEXOS**

### **1. HISTORIAL**

**1.1 A Província do Moxico**

**1.2 Dados**

Figura 1. FACTOS BÁSICOS NA PROVÍNCIA DO MOXICO

**1.3 O Município de Bundas**

### **2. POPULAÇÃO**

**2.1 Conclusão**

**2.2 Dados**

Tabela 1a. NÚMEROS DE POPULAÇÃO OFICIAIS

Tabela 1b. PERFIL DEMOGRÁFICO

Tabela 2. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

### **3. ADMINISTRAÇÃO**

**3.1 A Administração Provincial**

**3.2 A Administração Municipal**

**3.3 Sistema de Autoridades tradicionais**

**3.3 Conclusão**

**3.4 Dados**

Tabela 3. ESCRITÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Tabela 4. ORÇAMENTO MUNICIPAL

### **4. ACESSO, TRANSPORTE e COMUNICAÇÕES,**

**4.1 Estradas e pontes**

**4.2 Transporte**

**4.3 Minas e Segurança Pública**

**4.4 Comunicações**

**4.5 Conclusão**

**4.6 Dados**

Tabela. 5 REDE DE ESTRADAS EXISTENTE QUE PRECISAM DE REABILITAÇÃO

Tabela 6. PONTES PRINCIPAIS QUE PRECISAM DE RECONSTRUÇÃO

### **5. ABRIGO e INFRA-ESTRUTURA DA COMUNIDADE**

**5.1 Habitação**

**5.2 Infra-estrutura da Comunidade**

**5.3 Conclusão**

## **6. USO DA TERRA**

### **6.1 Posse da terra**

### **6.2 Cultivo de colheita**

### **6.3 Gado**

### **6.4 Caça, Vida selvagem e Pesca**

### **6.5 Árvores e Silvicultura**

### **6.6 Segurança alimentar e mecanismos para garanti-la**

### **6.7 Conclusão**

### **6.8 Dados**

Tabela 7. FACTOS BÁSICOS SOBRE A COLHEITA (ESTAÇÃO 2004 - 2005)

## **7. ÁGUA e SANEAMENTO**

### **7.1 Água**

### **7.2 Serviço de saúde pública**

### **7.3 Conclusão**

### **7.4 Dados**

Tabela 8. PONTOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

Tabela 9. PONTOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

## **8. OUTROS SECTORES ECONÓMICOS**

### **8.1 Comércio**

### **8.2 Indústria**

### **8.3 Sistema financeiro**

### **8.4 Emprego e Formação Vocacional**

### **8.5 Conclusão**

## **9. SECTORES SOCIAIS**

### **9.1 Saúde**

### **9.2 Conclusão**

### **9.3 Dados**

Tabela 10. SAÚDE: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

Tabela 11. PESSOAL DE SAÚDE: ESTATÍSTICA

Tabela 12. INSTALAÇÕES DE SAÚDE: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

### **9.4 Educação**

### **9.5 Conclusão**

### **9.6 Dados**

Tabela 13. EDUCAÇÃO: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

Tabela 14. EDUCAÇÃO: ESTATÍSTICA

Tabela 15. INSTALAÇÕES DE EDUCAÇÃO: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

### **9.7 Ajuda para Pessoas Vulneráveis**

### **9.8 Conclusão**

## **10. JUSTIÇA e PROTECÇÃO**

**10.1 A situação de segurança**

**10.2 Riscos sociais**

**10.3 Dados**

Figura 2. RISCO SOCIAL

**10.4 Acesso à Justiça e protecção dos Direitos humanos**

**11. COORDENAÇÃO HUMANITÁRIA/ DE DESENVOLVIMENTO**

**11.1 Dados**

Tabela 16. PRESENÇA DE AGÊNCIAS HUMANITÁRIAS/DE DESENVOLVIMENTO, ONGs e IGREJAS,

Anexo 1. LISTA DE ACRÓNIMOS E TERMOS ESPECIAIS

Anexo 2. LISTA DE PARTICIPANTES: SEMINÁRIO DE LUMBALA N'GUIMBO

## INTRODUÇÃO:

### i. Razão:

O objectivo principal deste exercício piloto, levado a cabo no quadro da Iniciativa de Reintegração Sustentável, é duplo:

- a) Apoiar a *Estratégia Nacional Contra a Pobreza: Reintegração social, Reabilitação, Reconstrução e Estabilidade Económica*<sup>1</sup> nas quais o Governo de Angola identifica a reintegração social de populações deslocadas como um objectivo estratégico da mais alta prioridade para consolidar paz, unidade nacional e a promoção do desenvolvimento local;
- b) Ajudar o Governo de Angola a implementar a Terceira Fase do *Programa para o Retorno e Reassentamento das populações afectadas pelo conflito armado*: que foca sobre a Reintegração Social<sup>2</sup>.

Para alcançar este objectivo, o presente perfil socioeconómico aponta a apresentação de informação concisa padronizada, relativa às necessidades, capacidades e prioridades do município de Bundas, que sofreu grande impacto com o retorno de populações deslocadas.

O perfil socioeconómico do município de Bundas é concebido mais adiante como uma ferramenta útil para as Autoridades Provinciais e locais, para representar os seus municípios perante o governo e os doadores.

Para as populações locais, o presente documento representa uma boa oportunidade adicional para examinar as informações disponíveis sobre a sua própria região e aprender elementos adicionais da complexidade da comunidade deles e os desafios de reconstrução e desenvolvimento.

### ii. Metodologia:

[[Insira aqui mais detalhes sobre os níveis das fases preparatórias de Luanda e Luena](#) ]

A elaboração do perfil socioeconómico do município de Bundas teve lugar num período de 4 semanas no campo, e se concluiu no final de Junho de 2005. É o resultado do trabalho da Administração Municipal de Bundas, com o apoio do UNHCR e os seus parceiros. A seguinte metodologia foi aplicada para juntar dados do campo que reflectem a presente situação socioeconómica do município; identificou os problemas principais, constrangimentos e prioridades para acção, e sugeriu a proposta de projecto construtivo da iniciativa de actores fundamentais e comunas do município:

*Seminário Participativo*: no dia 6 de Junho de 2005, um seminário de um dia teve lugar no Centro para a Promoção da Mulher - Lumbala N'Guimbo, com a presença de 57 participantes<sup>3</sup>. Este incluiu o administrador municipal e vice-administrador, bem como todos os altos funcionários da administração, incluindo os administradores comunais e chefes dos vários sectores ministeriais. Além disso, os representantes de autoridades tradicionais (Sobas), autoridades eclesiásticas e organizações da sociedade civil estavam presentes, como também os representantes da economia e vários grupos de profissionais. Os delegados das OIs e ONGs activas no município também tiveram uma parte activa no seminário.

O seminário foi organizado ao redor de grupos temáticos, abordando todos os aspectos da dinâmica socioeconómica do município. Um questionário específico de tema foi usado como uma base para a discussão e debates em cada grupo, com o objectivo de captar dados, identificar problemas e estabelecer prioridades de acção. Numa fase posterior, pediu-se aos grupos que apresentassem um painel de projectos potenciais para abordar as necessidades e

---

<sup>1</sup> Vide: Ministério do Planeamento, Direcção de Estudos e Planeamento, *Estratégia de Combate à pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*, aprovado pelo governo, 11 de Fevereiro de 2004.

<sup>2</sup> Vide: Ministério da Assistência e Reinserção Social/MINARS, *Programa para o regresso e Reassentamento das Populações Afectadas directamente pelo Conflito Armado*, Conselho de Ministros, 17 de Julho de 2002.

<sup>3</sup> Vide lista completa de participantes no Anexo 2.

prioridades que eles tinham identificado. Os resultados do grupo foram mais tarde apresentados e debatidos na plenária. Os procedimentos do seminário participativo foram usados como o primeiro conjunto de documentos de referência sobre os quais o perfil socioeconómico extrai a sua informação.

**Entrevistas de campo:** De 26 de maio a 10 de Junho de 2005, levou-se a cabo entrevistas de grupo no campo, ao nível comunal. Sempre que possível, uma equipa de investigadores locais e um delegado municipal do MINARS visitou as capitais comunais onde eles entrevistaram vários grupos de informantes fundamentais, para incluir os representantes da administração comunal, sobas, um grupo de mulheres, os trabalhadores da saúde e professores, e outros membros relevantes da comunidade. Os resultados deles foram compilados então num único documento que retrata a situação socioeconómica da comunidade.

O equipa de pesquisa pôde visitar as comunas de Ninda, Chiúme, Sessa, Mussuma Mitete e a capital municipal de Lumbala N'Guimbo. Além disso, o equipa pôde encontrar-se com os informantes fundamentais das comunas de Lutembo e Luvuei, embora não pôde visitar as reais comunas que estavam inacessíveis no momento da pesquisa.

Estes formatos comunais compilados e informações não baseadas em factos ou estudos próprios adquiridos durante as entrevistas provêm o segundo conjunto de documentos de referência dos quais o perfil socioeconómico extrai a sua informação.

**Análise dos dados existentes:** finalmente, os dados e informações foram gentilmente cedidas por vários serviços das administrações provinciais e municipais, por vários OIs como o UNHCR, UNOCHA/TCU, PAM, IOM e o Banco Mundial, e por ONGs que operam no município de Bundas; isto é, Medair, GAM e Oxfam. As contribuições deles representam a fonte principal de dados quantificáveis e estatísticos exibidos no documento presente e são o terceiro conjunto de referências dos quais o perfil socioeconómico extrai a sua informação.

**iii. LISTA DE TABELAS, NÚMEROS e ANEXOS:**

Figure 1. FACTOS BÁSICOS SOBRE A PROVÍNCIA DO MOXICO

Figure 2. RISCO SOCIAL

Tabela 1a. NÚMEROS DE POPULAÇÃO OFICIAIS

Tabela 1b. PERFIL DEMOGRÁFICO

Tabela 2. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

Tabela 3. ESCRITÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAIS

Tabela 4. ORÇAMENTO MUNICIPAL

Tabela 5. REDE DE ESTRADASS EXISTENTES QUE PRECISAM DE REABILITAÇÃO

Tabela 6. PONTES PRINCIPAIS QUE PRECISAM DE RECONSTRUÇÃO

Tabela 7. FACTOS BÁSICOS SOBRE A COLHEITA (ESTAÇÃO 2004 - 2005)

Tabela 8. PONTOS DE ÁGUA: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

Tabela 9. PONTOS DE ÁGUA: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Tabela 10. SAÚDE: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

Tabela 11. PESSOAL DE SAÚDE: ESTATÍSTICA

Tabela 12. INSTALAÇÕES DE SAÚDE: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Tabela 13. EDUCAÇÃO: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE

Tabela 14. EDUCAÇÃO: ESTATÍSTICA

Tabela 15. INSTALAÇÕES EDUCACIONAIS: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Tabela 16. PRESENÇA DE HUMANITÁRIA / AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO, ONGs  
E ASSOCIAÇÕES DE IGREJAS

Anexo 1. LISTA DE ACRÓNIMOS E TERMOS ESPECIAIS

## 1. HISTORIAL

### 1.1 A Província do Moxico<sup>4</sup>

[Mapa rural, realçando o Moxico para ser inserido aqui]

Embora os portugueses tivessem estabelecido uma colónia em Luanda em 1575, as fronteiras da sua colónia só foram firmadas em tratados entre os anos 1880 e 1920. Como resultado, a província do Moxico, situada na região mais a leste de Angola - fazendo fronteira com a Zâmbia e a RDC - só começou a conhecer a administração colonial efectiva antes do primeiro quarto do século 20, significativamente mais tarde que outras províncias na costa atlântica ou nos planaltos centrais do país. Muito antes da independência em 1975, a província tinha sido já o teatro de conflitos contínuos que dramaticamente afectaram-na em todos os aspectos de vida<sup>5</sup>.

**Demografia:** hoje, Moxico, a maior província de Angola, com uma área de 199.780 km<sup>2</sup> (representando 16% do território nacional) está a se recuperar lentamente da guerra. De acordo com estimativas do governo provincial do Moxico<sup>6</sup>, a província tem, no momento, uma população de cerca de 750.000 habitantes. Baseado neste número, pode-se inferir que a população duplicou com o fim dos conflitos, principalmente devido ao retorno de populações deslocadas (PDIs e Refugiados que voltam dos países vizinhos: Zâmbia e DRC). De acordo com as mesmas fontes, a população potencial da província é estimada em aproximadamente 925.000 habitantes (números de 1995, assim excluindo o impacto da mais recente onda de conflitos). A população é, em média, muito jovem, 50% da qual tem menos de 15 anos e só cerca de 4% está acima dos 65 anos de idade.

**Economia:** entre 50% e 70% da terra tem potencial para a agricultura ou criação de gado que foram tradicionalmente os sectores principais de produção na província. Note-se também que antes da guerra uma indústria de silvicultura significativamente bem desenvolvida estava a explorar a alta qualidade da madeira do Moxico. Lá também há potenciais subexplorados para a produção hidroeléctrica, bem como exploração mineira e extractiva na província.

Historicamente, os caminhos de ferro eram a rota de acesso principal para a província a partir do resto do país e a rede de estradas desempenhava um papel secundário. Porém, a guerra causou a destruição dos caminhos de ferro e da rede de estradas. Como resultado, o acesso para a província era efectuado por via aérea, resultando em custos muito altos para todos os artigos transportados por essa via, incluindo o combustível que vinha de Luanda. A pobre acessibilidade da província paralisou toda a actividade económica. Porém esta situação está a melhorar à medida que a rede de estradas para Luanda, Zâmbia e RDC está a ser reabilitada, nutrindo o aparecimento de um sector comercial informal vivo.

**Contexto geral para a reintegração.** O Governo provincial do Moxico<sup>7</sup> identificou os aspectos seguintes como o contexto geral e quadro socioeconómico que caracteriza a província que, com o fim da guerra e o retorno da população deslocada, entrou uma fase de reintegração:

- Estrada ou caminhos de ferro de circulação difícil ou impossível;
- Baixo nível de produção alimentar e comércio rural inoperante;
- Indústrias Paralisadas e inexistência de crédito formal;
- Baixo nível de actividade no sector informal;
- Destruição de infra-estruturas da Água, Energia, Saúde, de Formação educacional e Vocacional;

<sup>4</sup> A maioria da informação nesta secção vem do governo provincial do Moxico, UNOCHA, Banco Mundial e dos documentos da Economist Intelligence Unit.

<sup>5</sup> Isto aplica-se em particular aos dois principais conflitos entre o poder colonial português e a população local nos anos 1910 e nos anos 1960.

<sup>6</sup> Estamos a basear a nossa informação demográfica nos números e estimativas providos pelo governo provincial do Moxico. Esta inclui as estimativas da UTCAH e do Ministério do Plano e as projecções do INE. Vide: República de Angola, Perfil socioeconómico do Moxico, Julho de 2002, Cap. 3.

<sup>7</sup> Vide: República de Angola, Programa de Reintegração das Populações do Moxico, Julho de 2002, pp 1 a 4.



- Fraca capacidade das instituições locais;

Em resposta ao contexto socioeconómico acima caracterizado, o governo de Angola concebeu um Programa de Reintegração das Populações do Moxico<sup>8</sup> que propõe um plano de acção de dois anos, que atinge aproximadamente 14 milhões de USD. O programa foi dividido nas quatro áreas seguintes de foco, com objectivos claramente identificados:

- a) Reabilitação das capacidades de produção (aprox. 6 milhões de USD, 43% do total):
  - *Agricultura e Produção Rural*: reabilitar a rede rural, e ampliar e reactivar a produção rural (como agricultura, criação animal, avicultura e apicultura);
  - *Pesca continental*: apoiar a pesca tradicional e a constituição de cooperativas;
  - *Comércio rural*: reactivar as capacidades do comércio e *marketing* através da organização de mercados e capacidades de transporte;
  - *Micro negócios*: reactivar a produção industrial da pequena e média empresa (PME) e provisão de serviços;
- b) Reabilitação de infra-estruturas básicas (aprox. 1.8 milhões de USD, 13% do total):
  - *Pontes e Estradas*: reabilitar todas as estradas e pontes no município;
  - *Energia*: adquirir e estabelecer grupos termoeléctricos, bem como reabilitar a rede de distribuição para fornecer electricidade;
  - *Água*: reabilitar e construir sistemas de extracção, tratamento e distribuição de água e formar pessoal de manutenção;
- c) c. Reabilitação de capacidades socioeducacionais (aprox. 3.1 milhões de USD, 22% do total):
  - *Educação*: reabilitar, equipar e prover material didáctico às escolas do I e II níveis, escolas de arte e escolas de profissionais, bem como reinstalar o pessoal pedagógico;
  - *Saúde*: reabilitar, construir e equipar (com material e medicamentos) centros de saúde e postos de saúde, bem como estabelecer e formar equipas de reacção móveis;
  - *Grupos vulneráveis*: reabilitar, construir e equipar infra-estruturas para atender crianças e feridos de guerra e as pessoas com inaptidão física;
- d) d. Fortalecimento das capacidades institucionais (aprox. 3.1 milhões de USD, 22% do total):
  - *Reinstalação da administração local*: reabilitar e construir edifícios administrativos e residências para funcionários públicos;

O perfil socioeconómico actual é uma continuação deste esforço para a reintegração da população do Moxico, incidindo no caso particular do município de Bundas. Isto visa medir as realizações alcançadas até ao presente momento, bem como sugerir uma via futura de esforço comum para a reintegração.

---

<sup>8</sup> Vide: República de Angola, Programa de Reintegração das Populações do Moxico, Julho de 2002, p. 16 e Anexos A e B.

## 1.2 Dados

Figura 1. FACTOS BÁSICOS NA PROVÍNCIA DO MOXICO

**Geografia e Clima**

LATITUDE	Entre 10° 3' e 16°
LONGITUDE	Entre 18° e 24° 4'
SUPERFÍCIE TERRITORIAL	199'780 km <sup>2</sup>
RÁCIO DA SUPERFÍCIE DA PROVÍNCIA DO MOXICO / ANGOLA	16.03% do território nacional
PERCENTAGEM DE TERRA CULTIVÁVEL	50% a 70%
ALTITUDE (Luena)	1 357 m
TEMPERATURA MAX. DO AR	32°,4
TEMPERATURA MIN. DO AR	5°,7
MÉDIA DE PRECIPITAÇÃO ANUAL	1 400 mm

**População**

1970 <sup>9</sup>	1995 <sup>10</sup>	2002 <sup>11</sup>	2005 <sup>12</sup>
189 885	924 575	349 000	750 000

**Acesso**

N° DE PONTES PRINCIPAIS / % OPERACIONAL	134	35% <sup>13</sup>
COMPRIMENTO DA REDE DE ESTRADAS / OPERACIONAL	3175 km <sup>14</sup>	Aprox. 50 %
COMPRIMENTO DA LINHA DE CAMINHOS DE FERRO / OPERACIONAL	450 km	0 % mas em reparação

**Educação<sup>15</sup>**

NÚMERO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR	189.707
PERCENTAGEM DE CRIANÇAS REGISTADAS EM IDADE ESCOLAR	55%
NÚMERO DE PROFESSORES	2247
RÁCIO ESTUDANTES / PROFESSOR	84.4

<sup>9</sup> Último censo levado a cabo ao nível nacional.

<sup>10</sup> Estimativa baseada no governo provincial, estimativas do Ministério do Plano, em: República de Angola, Perfil socioeconómico do Moxico, Julho 2002, p. 6.

<sup>11</sup> Estimativa baseada nas projecções do Instituto de Estatística Nacional, em: República de Angola, Perfil socioeconómico do Moxico, Julho 2002, p. 6.

<sup>12</sup> Estimativa fornecida pelo governo do Moxico, Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias (UTCAH), Luena, Maio de 2005.

<sup>13</sup> Note, contudo, que das aproximadamente 46 pontes disponíveis, 26 delas são apenas estruturas temporárias. Vide UN OCHA / TCU, *Core Humanitarian Issues in Moxico*, Luena, Maio de 2005.

<sup>14</sup> Note que destes 3175 km de rede de estradas, apenas 560 km (17.6 %) são pavimentadas.

<sup>15</sup> Dados fornecidos pela Direcção Provincial de Educação, na UN OCHA / TCU, *Core Humanitarian Issues in Moxico*, Luena, Maio de 2005.

### 1.3 O Município de Bundas

[Mapa provincial, realçando Bundas para ser inserido aqui]

O Município de Bundas situa-se no canto sudeste da província do Moxico. É subdividido em 6 comunas e a capital municipal é Lumbala N'Guimbo. O município tem o nome dos seus habitantes originais, a tribo dos Mbundas que primeiro se instalou ao longo da região antes da conquista portuguesa, nos princípios do século 20. Hoje, os Mbundas ainda são o grupo tribal predominante numa área que se estende sobre o município de Bundas e a oeste da província ocidental da vizinha Zâmbia, com a qual partilha uma fronteira de cerca de 450 km. Embora uma fronteira internacional divida a região de estabelecimento dos Mbundas, estes angolanos e zambianos com a mesma descendência e mesma língua nacional têm tido muito em comum ao longo da história.

No final do tempo colonial<sup>16</sup>, Lumbala N'Guimbo e as suas cercanias parecem ter sido uma comunidade em desenvolvimento económica e demograficamente, e particularmente assim com a construção da estrada nacional (asfaltada) que se dirige a sul da capital provincial - Luena. Lumbala N'Guimbo ostentou um hospital municipal e uma escola secundária, uma igreja católica grande, uma padaria da cidade e uma avenida central movimentada onde os comerciantes, os lojistas de todos os tipos e residentes ricos tinham construído casas permanentes. Uma quantidade limitada de fazendeiros comerciais e a maioria dos pequenos proprietários tradicionais comercializava os seus excedentes agrícolas pelo município. Uma pequena e sub-explorada indústria de madeira foi estabelecida em Lumbala N'Guimbo e nos arredores. Além disso, restaurantes e pensões supriam a residentes e visitantes.

Na periferia do centro da cidade de Lumbala N'Guimbo, o estilo de vida permaneceu tradicional e rural em termos de organização e técnicas de produção. Assim, a vasta maioria dos moradores forasteiros eram fazendeiros a trabalhar em pequenos lotes de terra, com apicultura tradicional, pesca ou caça como actividades adicionais. Além disso, a educação formal no sistema escolar não era uma prioridade na maioria das áreas rurais, e a ignorância prevaleceu. Como regra geral, entretanto, a comida estava disponível em quantidades suficientes para todos, uma vez que a terra do município é fértil e bem irrigada por uma rede fluvial importante.

Deveria ser notado porém que o município de Bundas, devido a seu local remoto na fronteira extremo oriental da colónia portuguesa, sempre sofreu de isolamento relativo, longe dos centros metropolitanos principais<sup>17</sup>. Por conseguinte, quando as lutas pela independência começaram nos meados dos anos 60, os portugueses deixaram a região relativamente rápido, uma vez que tais áreas remotas eram mais difíceis de administrar e apoiar logisticamente. De facto, Chiúme, a comuna mais a sul do município é supostamente, em 1966, a primeira em toda África lusófona ocidental (o nome anterior de Angola) a ter sido abandonada pelas autoridades coloniais<sup>18</sup>.

A guerra de independência forçou os portugueses a se retirarem para a cidade que era de fácil de controlar (Lumbala N'Guimbo), que era fortificada como meio de protecção contra os grupos de guerrilha estabelecidos na mata. Este conflito causou a primeira onda de população deslocada que fugiu das áreas administradas pelos portugueses (município e comunas) para a mata a fim de evitar a violência e o trabalho forçado. Fora isso, a guerra de independência não provocou uma destruição de grande escala, e muitas das infra-estruturas portuguesas ainda estavam disponíveis no final dos anos setenta.

<sup>16</sup> A informação histórica das eras colonial e de guerra foi fornecida pelo grupo CHEKE de historiadores (autores de um livro sobre a história dos Mbundas) e vários testemunhos dos idosos que viveram naquela época.

<sup>17</sup> Uma situação que não mudou depois da independência e prevalece ainda hoje, uma vez que os constrangimentos logísticos e o afastamento, dentre outros factores, contribuíram negativamente para impedir parte substancial da ajuda e esforços de reconstrução chegassem ao município de Bundas.

<sup>18</sup> As fontes pensaram que a construção da estrada nacional estaria completa (a sul de Lumbala N'Guimbo até à comuna de Ninda) em 1965, mas nunca alcançou a comuna de Chiúme devido às sublevações locais contra o domínio português e a sua subsequente retirada de Chiúme.

A independência de Angola, conquistada em 1975, foi seguida por um período duradouro de guerra civil, principalmente opondo o governo do MPLA à UNITA, que dividiu o país durante 27 anos. O município de Bundas foi inicialmente controlado e administrado pelo MPLA. Note porém que algumas das comunas, como a de Chiúme, não tiveram nenhuma administração formal até 2003, antes do fim da guerra civil. Estendendo-se em particular pelos arredores de uma Angola recentemente independente, Moxico e o município de Bundas em particular foram afectados directamente pela guerra civil, uma vez que estas fronteiras eram usadas pela UNITA como ponto de entrada no país .

O ano de 1982 marcou um momento decisivo no conflito, com a tomada de Lumbala N'Guimbo pela UNITA, depois de uma série violenta de batalhas. Isto fez uma quantidade grande da população fugir para o interior ou para a vizinha Zâmbia . Como resultado, muitas áreas como Sessa estavam totalmente sem a sua população. As baixas do conflito também se estenderam às infra-estruturas, tais como as redes de comunicação principais e edifícios ainda existentes, que foram quase todos destruídos.

1994 marcou a assinatura do Protocolo de Paz de Lusaka entre o beligerantes, mas nenhum repatriamento formal foi organizado pela ONU nos anos seguintes, em parte devido a um clima de incerteza política. E realmente, a guerra em grande escala reiniciou em 1998, um período de intensa luta no município, onde o MPLA e a UNITA batalharam duro pelo controle de Lumbala N'Guimbo. O desassossego e violência que prevalecia no município nos finais dos anos noventa foram a causa da última onda de voo da população civil.

De facto, no final de 1999, supostamente toda a população civil entre o rio Cuando Kubango (no sul) e o rio Lungue Bungo (no norte)<sup>19</sup> tinha fugido do município, a maioria deles para a Zâmbia. Todas as actividades sociais e económicas tiveram então uma paragem abrupta, os campos deixados sem cultivo e os escassos recursos deixados para trás (como gado, ferramentas ou habitação) foram usados até à exaustão para nutrir o esforço de guerra.

O fim da guerra foi sinalizado pela morte do Sr. Savimbi, o líder do UNITA, em Luena, em Abril de 2002. Sendo um dos últimos baluartes da UNITA, a província do Moxico também foi uma das últimas a ver a paz finalmente prevalecer e a testemunhar o retorno da ajuda e esforços de reconstrução. A população do município de Bundas começou a voltar voluntariamente a sua área de origem no final de 2002, lentamente, numa base espontânea. Em Julho de 2003, um centro de acolhimento<sup>20</sup> foi aberto em Lumbala N'Guimbo para responder às necessidades primárias deles. Desde então, a população do município conheceu uma taxa fixa de aumento, atingindo o ponto culminante em 2004 com repatriamentos organizados aerotransportados.

O acesso continua um problema fundamental, uma vez que as estradas ainda não estão livres das minas e as pontes ainda estão destruídas. A segurança alimentar ainda não está garantida, principalmente devido à falta de insumos agrícolas. Poucos pontos de água assegurados foram construídos ou consertados. Nos centros comunais mais acessíveis, as infra-estruturas de saúde básica e de educação foram reabilitadas, entretanto em número e capacidade altamente insuficiente . Em conjunto com as administrações municipais e comunais, um número crescente de OIs e ONGs está a operar no município<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Estes dois rios marcam as fronteiras naturais sul e norte do município de Bundas.

<sup>20</sup> Gerido pela Medair, como parceiro de implementação do UNHCR.

<sup>21</sup> Vide Tabela 16.

## 2. POPULAÇÃO

Devido ao movimento constante das pessoas que voltam às suas áreas de origem (e portanto alcançado então o destino final dentro do município ou apenas atravessando-o), à perda de registos durante os conflitos e à capacidade institucional limitada das autoridades locais, as cifras abrangentes sobre a população são difíceis de adquirir.

A tabela 1a no final desta secção mostra as cifras sobre a população providas pela administração municipal<sup>22</sup>. De acordo com estas cifras, a população do município chega a quase 29.000 habitantes. Porém, de acordo com outras estimativas<sup>23</sup>, a população do município poderia chegar a aproximadamente 39.000 habitantes. Além disso, note que este ano, 3946 pessoas<sup>24</sup> registaram a intenção de voltar a Lumbala N'guimbo a partir dos campos de refugiados de Mayukwayukwa, Maheba e de Nangweshi na Zâmbia e espera-se que assim se faça .

Com base nestas cifras e suposições, espera-se que a população do município de Bundas aumente entre 33.000 a 43.000 habitantes.

O município está no momento muito escassamente povoado, com uma densidade média de população de 0.76 habitantes por km<sup>2</sup>. A comuna de Lumbala N'Guimbo, que como se espera, mostra a densidade mais alta de população, com 4.57 habitantes por km<sup>2</sup>, enquanto que Sessa mostra a mais baixa, com apenas 0.03 habitantes por km<sup>2</sup>. Estas cifras têm um impacto notável no processo de reintegração, uma vez que elas mostram a grande disponibilidade de terra para o reassentamento. Por conseguinte, como expresso no capítulo 6 abaixo, o acesso a terras livres nunca foi um assunto para conflito na recente história do município.

Não há nenhum registo de nascimentos e mortes municipais disponíveis. Também note que, como realçado pela administração municipal, a população inteira consiste em pessoas deslocadas<sup>25</sup>, sugerindo que a região está enfrentando desafios de reintegração significativos.

*Movimento de população:* desde o início, em Junho de 2003, mais de 22.000 pessoas têm transitado pelo centro de acolhimento de Lumbala N'Guimbo, em grande parte retornando dos campos de refugiado do UNHCR na Zâmbia. A grande maioria deles (82%) foi registada para reassentarem dentro da capital municipal de Lumbala N'Guimbo, seguido por 6% em Ninda e em Lutembo, depois 3% em Mussuma Mitete, 1% em Luvuei, e quase nenhum em Chiúme e Sessa. Uns 3% extra foram registados para reassentarem noutros municípios, a maioria deles em Cangamba.

As restantes 6.000 a 16.000 pessoas<sup>26</sup> podem ser consideradas PDIs não registados ou retornados de países vizinhos que não tiveram a documentação apropriada para entrar no centro de acolhimento. Em geral, estas pessoas não teriam beneficiado de ajuda directa (como fornecimento de comida durante um ano, kits IFN de emergência, sementes e ferramentas, etc.) como os retornados registados teriam. Isto aplica-se particularmente às populações estabelecidas em Chiúme e Sessa onde avaliações de campo confirmaram um grau mais alto de vulnerabilidade na população.

O afluxo de população retornada atingiu o cume em 2004, quando o MOI e o UNHCR repatriaram aproximadamente 9.700 retornados em operações aéreas organizadas, e o centro de acolhimento registou 5.800 adicionais que retornaram numa base espontânea. Este aumento significativo de população colocou um fardo nas já mal apetrechadas infra-estruturas do município. Como resultado, as ONGs que operam no município comentaram que

<sup>22</sup> Cifras cedidas por escrito pela administração municipal com o propósito do Perfil socioeconómico do município de Bundas, Lumbala N'Guimbo, Maio de 2005.

<sup>23</sup> Estas estimativas baseiam-se em várias avaliações conduzidas no campo pelas ONGs desde 2002, nas cifras actuais de distribuição de alimentos e nas cifras de registo dos centros de acolhimento.

<sup>24</sup> Cifras do planeamento do UNHCR, Março 2005.

<sup>25</sup> Isto inclui PDIs, retornados e soldados desmobilizados.

<sup>26</sup> Tal como notado acima, a população estimada do município varia em cerca de 10.000 pessoas, dependendo da fonte de informação.

as instalações existentes de água, saneamento, saúde e educação não cumpriram os requisitos das normas e regulamentação do Governo de Angola, bem como os padrões mínimos da esfera internacional.

Note que uma quantidade considerável das pessoas<sup>27</sup> que se estabeleceu em Lumbala N'Guimbo (até um valor estimado de 5-10% da população Lumbala N'Guimbo) está a espera pela melhoria das condições de vida nas suas áreas finais de retorno - principalmente Chiúme, Sessa, Luvuei e Cangamba (Município de Luchazes) - antes de se deslocarem e se reassentarem lá. Na realidade, contrário à Lumbala N'Guimbo, as distribuições de comida não alcançam estas localidades. Além disso, estas localidades têm infra-estruturas formais escolares e de saúde fracas (no caso de Chiúme porque as instalações ficam situadas longe de áreas altamente povoadas e Cangamba) ou nenhuma (no caso de Sessa e Luvuei).

Supostamente, pensa-se que uma população calculada entre 50.000 a 150.000<sup>28</sup> estão a espera de melhoria de condições de vida antes de reassentarem no município de Bundas.

Além disso, um ligeiro movimento de pessoas (calculado em aproximadamente 50 pessoas por ano) foi observado, principalmente de homens que se mudam para centros urbanos, principalmente Luena e Luanda, a procura de trabalho. Um número significativamente maior de pessoas que poderiam chegar a vários milhares<sup>29</sup> declarou a sua intenção de retornar para a Zâmbia, pelo menos temporariamente, devido à situação de insegurança alimentar que estão a enfrentar.

*Tribos e línguas:* embora as cifras detalhadas não estejam disponíveis<sup>30</sup>, pode ser dito que a grande maioria das pessoas vem do grupo tribal Bundas (estimado em 80%), com vários Luchazes (est. 10%), Luales (est. 5%) e outros (est. 5%).

Uma porção grande da população não fala português (o idioma nacional e educacional em Angola) ou inglês (o idioma nacional e educacional na Zâmbia), reflectindo o facto de que eles não tiveram a oportunidade de adquirir uma educação formal, um facto que particularmente se aplica às mulheres.

Entre aqueles que não sabem uma das duas línguas, há aproximadamente tantas pessoas que falam o português como as que falam o inglês, e muito pouco deles falam ambos os idiomas fluentemente. Os anglófonos geralmente são as pessoas que viveram no exílio na Zâmbia durante vários anos, muitos dos quais nasceram lá. Os mais jovens geralmente tiveram a oportunidade de adquirir uma educação formal nos campos de refugiados (e ocasionalmente no sistema escolar zambiano) e os mais velhos geralmente têm trabalhado nos acampamentos ou na Zâmbia onde o inglês predomina como o idioma principal para a comunicação.

Esta divisão de idiomas no município é um impedimento para a reintegração, e pode ser ocasionalmente uma causa para fricções entre pessoas de língua portuguesa e de língua inglesa. A superação desta lacuna de comunicação foi identificada como uma das chaves para uma reintegração calma e próspera das populações deslocadas do município.

---

<sup>27</sup> Estas estimativas baseiam-se em informações providas pelo pessoal do registo e retornados no centro de acolhimento e nos pontos de distribuição de alimentos. Note que esta informação é um indicativo e não deve ser tomada pelo valor facial.

<sup>28</sup> Esta informação é baseada em entrevistas com retornados que viveram na Zâmbia durante vários anos. Note que esta informação é um indicativo e não deve ser tomada pelo valor facial.

<sup>29</sup> Estas pessoas estão maioritariamente baseadas em bairros remotos da comuna de Chiúme, uma área de solos arenosos que sofreu secas no ano passado, e onde a população não recebeu alimentos nem insumos agrícolas.

<sup>30</sup> As seguintes estimativas têm um valor indicativo apenas e são baseadas em entrevistas com o pessoal do registo no centro de acolhimento de Lumbala N'Guimbo e outras entrevistas. Note que esta informação é um indicativo e não deve ser tomada pelo valor facial.

## 2.1 Conclusão

*Prioridade e projectos potenciais:* A prioridade principal, relativamente aos *movimentos de população e integração*, como enfatizado pela administração municipal, é a necessidade de organizar cursos intensivos para ensinar o português, satisfazendo à grande população de retornados da Zâmbia. Os grupos de retornados expressaram um forte desejo em participar em tal projecto:

Indicativo de Prioridade	Comuna	Nome do projecto	Nº estimado de beneficiários
1	LNG	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	7000
2	Mussuma	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	1100
3	Ninda	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	1500
4	Chiúme	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	3000
5	Lutembo	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	2000
6	Sessa	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	50
7	Luvuei	Cursos intensivos para ensinar português aos não lusófonos	250

**2.2 Dados****Tabela 1a. NÚMEROS OFICIAIS DA POPULAÇÃO <sup>31</sup>**

Comuna	Total	0-17 anos		18+ anos		Rácio do género		Rácio da idade	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	0-17 y.	18+ y.
Lumbala N'Guimbo	1463	3453	3481	3438	4262	47.1%	52.9%	47.4%	52.6%
Luvuei	469	126	135	109	99	50.1%	49.9%	55.7%	44.3%
Lutembo	4172	380	486	1033	2273	33.9%	66.1%	20.8%	79.2%
Mussuma Mitete	2211	523	486	550	652	48.5%	51.5%	45.6%	54.4%
Ninda	2925	904	1004	504	513	48.1%	51.9%	65.2%	34.8%
Chiúme	4228	1164	1217	828	1019	47.1%	52.9%	56.3%	43.7%
Sessa	88	18	18	29	23	53.4%	46.6%	40.9%	59.1%
<b>TOTAL</b>	<b>2872</b>	<b>6568</b>	<b>6827</b>	<b>6491</b>	<b>8841</b>	<b>45.5%</b>	<b>54.5%</b>	<b>46.6%</b>	<b>53.4%</b>

**Tabela 1b. PERFIL DEMOGRÁFICO**

Divisão administrativa, Comuna	Superfície territorial <sup>32</sup> [km2]	População			
		Último censo geral, 1970	Administração provincial números <sup>33</sup> , 2002	Administração provincial estimativas <sup>34</sup> , 2005	Densidade, 2005 <sup>35</sup> [Pop./km2]
Lumbala N'Guimbo	3200	N/A	N/A	14634	4.57
Chiúme	9400	N/A	N/A	4228	0.45
Lutembo	4900	N/A	N/A	4172	0.85
Luvuei	4717	N/A	N/A	469	0.10
Mussuma Mitete	3050	N/A	N/A	2211	0.72
Ninda	9500	N/A	N/A	2925	0.31
Sessa	3050	N/A	N/A	88	0.03
<b>MUNICÍPIO TOTAL</b>	<b>37817</b>	<b>N/A</b>	<b>3110</b>	<b>28727</b>	<b>0.76</b>
<b>PROVINCIA DO MOXICO TOTAL</b>	<b>198983</b>	<b>189885</b>	<b>349000</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

<sup>31</sup> Cifras providas pela administração municipal de Bundas, Maio 2005.

<sup>32</sup> As cifras territoriais para a província e o município são oficiais. A superfície territorial da comuna são estimativas baseadas na superfície relativa da comuna, tal como exibido no Mapa Político do município, unidade SIG do UNHCR.

<sup>33</sup> Estas cifras são baseadas nas projecções do INE (Instituto Nacional de Estatística). Vide República de Angola, Perfil Socioeconómico do Moxico, Julho de 2002.

<sup>34</sup> Estas estimativas foram providas pela administração municipal de Bundas em Maio de 2005, para os propósitos de elaboração do presente documento.

<sup>35</sup> As cifras sobre a população usadas na coluna da densidade foram tiradas das estimativas da administração municipal, 2005.



**Tabela 2. MOVIMENTO DA POPULAÇÃO**

Divisão administrativa, Comuna	Pop. oficial est. <sup>36</sup> 2005	Pop. Nota remissa. <sup>37</sup> 2005	Retornados reassentados <sup>38</sup> desde 2002	% sobre Total Pop.	PDIs <sup>39</sup> reassentados desde 2002	% sobre Total Pop.	Soldados Desmob. <sup>40</sup> reassentados desde 2002	% sobre Total Pop.
Lumbala N'Guimbo	14634	20000	18122	90.6	1690	8.5	188	0.9
Chiúme	4228	4500	5	0.1	4046	89.9	450	10.0
Lutembo	4172	4200	1275	30.4	2633	62.7	293	7.0
Luvuei	469	750	308	41.1	398	53.0	44	5.9
Mussuma Mitete	2211	2250	546	24.3	1534	68.2	170	7.6
Ninda	2925	4000	1264	31.6	2462	61.6	274	6.8
Sessa	88	100	0	0.0	90	90.0	10	10.0
<b>TOTAL BUNDAS</b>	<b>28727</b>	<b>35800</b>	<b>21520</b>	<b>60.1</b>	<b>12852</b>	<b>35.9</b>	<b>1428</b>	<b>4.0</b>

<sup>36</sup> As cifras populacionais oficiais são estimativas providas pela administração municipal de Bundas, Maio de 2005.

<sup>37</sup> As cifras sobre a população com notas remissivas são estimativas, baseada nas notas remissivas das cifras oficiais, nas cifras da DE do UNHCR, nas cifras de registo de LNG do centro de acolhimento e cifras providas pelas ONGs. Estas têm apenas um valor indicativo, mas pareceram ser mais apropriadas para registar o movimento da população.

<sup>38</sup> As cifras para retornados reassentados nas comunas vêm das cifras de registo do centro de acolhimento de LNG, actualizado em Maio de 2005.

<sup>39</sup> Nenhuma cifra oficial ou outras foram disponibilizadas para as PDIs e populações de soldados desmobilizados. Baseado em entrevistas, nós entendemos que a grande maioria de população não retornada (PNR) é composta de PDIs (estimado em 90% da PRN) e apenas a minoria é composta de soldados desmobilizados (estimado em 10% da PRN). Estas cifras são apenas um valor indicativo.

<sup>40</sup> Idem.

### **3. ADMINISTRAÇÃO**

#### **3.1 A administração Provincial**<sup>41</sup>

O Governo Provincial do Moxico está sediado em Luena. É encabeçado pelo Governador Provincial e dois Vice-governadores (um encarregado da Área Económica e Produtiva e o outro encarregado da Área Social), directamente nomeados pela Presidência da República.

Cinco Gabinetes de Apoio Técnico (Gabinetes de Apoio Técnico) ajudam o Governador e Vice-governadores no seguinte: Secretariado geral; Gabinete de Estudos; Planeamento e Estatística; Gabinete jurídico; Gabinete de Apoio e Controle das administrações municipais e comunais; e o Gabinete de Inspeção e Tributação

Três Delegações Provinciais (Delegações Provinciais) ajudam o Governador e Vice-governadores no seguinte: Justiça; Interior; e Finanças. Os Delegados são nomeados pelos ministérios respectivos com o assentimento do Governo Provincial.

Doze Direcções Provinciais (Direcções Provinciais), nomeadas pelo Governador apoiam o trabalho dele no seguinte: Indústria, Comércio e Turismo; Energia e Água; Transporte, Correios e Telecomunicações; Saúde; Educação e Cultura; Juventude e Desportos; A família e a Promoção das Mulheres; Comunicação social; Obras públicas e Urbanismo; Agricultura, Desenvolvimento Rural, Pesca e Ambiente; Administração pública, Emprego e Segurança social; Assistência e Reinserção social, Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra.

O Governo Provincial é subordinado directamente ao Governo Central pelo Ministério de Administração Territorial e ao Conselho de Ministros. As Delegações Provinciais e as Direcções são subordinadas directamente ao Governo Provincial e indirectamente subordinadas ao Governo Central pelos Ministérios respectivos.

#### **3.2 A Administração Municipal**

A Administração Municipal de Bundas está sediada em Lumbala N'Guimbo. É chefiada actualmente por um Administrador Municipal e é secundado por um Vice-administrador. O Administrador Municipal e o Vice-administrador são nomeados pelo Governo Provincial.

A Administração Municipal de Bundas é estruturada nos seguintes 8 sectores ministeriais: Educação; Saúde; Agricultura; Assistência e Reinserção social; Promoção das Mulheres; Juventude e Desportos; Justiça; e Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra.

A Administração Municipal é representada nas comunas por 6 Administradores Comunais e Vice-administradores cujo trabalho é, geralmente mas nem sempre, apoiado por um Chefe de Secção para o Serviço Comunitário.

A força principal das Administrações Municipais e Comunais é a proximidade delas à população, em parte graças à forte confiança e à estreita cooperação com as autoridades tradicionais (Sobas).

Porém, a capacidade institucional das Administrações Municipais e Comunais é geralmente fraca, devido às infra-estruturas pobres<sup>42</sup> e à falta de material, à quantidade limitada de pessoal, ao relativamente baixo nível de educação e formação do seu pessoal e o facto de que as Administrações só se tornaram operacionais outra vez no município de 2002-2003 e ainda mais recentemente na maioria das comunas.

Além disso, uma parte significativa da população e território não tem conhecido qualquer grau de administração formal desde o fim do tempo colonial.

Outro impedimento para uma governação efectiva assenta nas dificuldades de transporte e comunicações. A maioria das estradas é feita de trilhos de areia que podem não ser acessíveis durante a estação chuvosa. As administrações comunais normalmente possuem um ou dois veículos 4X4 que servem a todos os propósitos (incluindo o de ambulância), mas o

<sup>41</sup> Vide: República de Angola, Perfil Socioeconómico do Moxico, Julho de 2002, Cap. 2.

<sup>42</sup> Como exemplo, o edifício da administração de Chiúme ainda não foi reabilitado, permanecendo ainda meio destruído, tal como a guerra o deixou.

uso delas está altamente limitado pela escassez de peças sobressalentes e a escassez de combustível. Não há nenhuma rede telefónica e a rádio é o único meio de comunicação.

### **3.3 Sistema de autoridades tradicionais**

As Autoridades Tradicionais, conhecidas como sobas, desempenham um papel central dentro das várias comunas do município, que são organizadas em bairros, o mais baixo nível de organização administrativa. A extensão territorial da jurisdição de um bairro tem geralmente o seu nome atribuído a partir do nome do seu soba. Os sobas não são eleitos pela população, mas são normalmente escolhidos, pelos anciões do bairro, dentre os sobrinhos do soba actual, caso ele faleça ou se torne demasiado velho para executar o papel de liderança.

A grande maioria dos sobas são homens, entretanto há uma mulher soba dentro dos bairros de Lumbala N'Guimbo. O papel primário deles é o de mediadores quando surgirem conflitos entre os habitantes do bairro deles. Eles também têm competência na distribuição de terra para o assentamento e exploração agrícola, uma tarefa que eles administram sob a supervisão da Administração Comunal. Eles são os representantes dos habitantes do seu bairro na relação com a Administração ou com outros actores como ONGs e agências da ONU. A maioria se descreve como os "olhos do Governo" e a Administração confia neles como fonte de informação e na implementação das suas políticas. Na verdade, embora não formalmente parte da Administração, eles são o elemento da estrutura de governação do município que é o mais próximo da população. Na maioria do tempo, eles gozam do respeito e reconhecimento da sua comunidade.

### **3.3 Conclusão**

*Prioridades:* muito pode ser feito para melhorar a capacidade institucional e governação aos níveis municipais e comunais. Por entrevistas e relatórios, a Administração expressou as seguintes necessidades, em ordem de prioridade,:

1. *O pessoal:* pessoal formado, formação especializada para o pessoal existente;
2. *Instalações administrativas:* materiais de construção e materiais de escritório;
3. *Acesso:* meios de transporte (para as pessoas e bens)

### 3.4 Dados

**Tabela 3. ESCRITÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** <sup>43</sup>

Escritórios e Sectores Ministeriais	Nível académico do Chefe	Nº de Pessoal	Tel Fixo	Tel Satel.	Fax	E-mail	Gerador <sup>44</sup>
Administrador Municipal, Vice-Administrador e Secretariado	N/A	5 a 10	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Educação	N/A	2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Saúde	N/A	2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Agricultura e Actividade Económica	N/A	2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Assistência e Reintegração Social	N/A	2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Promoção da Mulher	N/A	1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Juventude e Desportos	N/A	1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Justiça	N/A	1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra	N/A	1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Administração Comunal - Chiúme	12º classe	3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	N/A
Administração Comunal - Lutembo	N/A	3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	N/A
Administração Comunal - Luvuei	N/A	2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	N/A
Administração Comunal - Mussuma	N/A	3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	N/A
Administração Comunal - Ninda	N/A	3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Administração Comunal - Sessa	N/A	2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	N/A

**Tabela 4. ORÇAMENTO MUNICIPAL** <sup>45</sup>

ORÇAMENTO	2004	2005
Salários	N/A	N/A
Custos Recorrentes	N/A	N/A
Investimentos	N/A	N/A
TOTAL	N/A	N/A

Como foi notado, a informação detalhada não esteve acessível ao nível municipal. O Governo de Angola, porém, publicou em 2002 o seu *Programa para a Reintegração das Populações do Moxico*<sup>46</sup> na qual as seguintes quantias foram orçamentadas (incluindo uma participação de 14% no plano de financiamento pelo Governo e uma participação externa planeada de 86%) para o município de Bundas para 2004:

<sup>43</sup> A seguinte informação é baseada nas visitas a vários escritórios administrativos por todo o município. Note que as cifras oficiais e informações nunca foram disponibilizadas por completo. A informação aqui tem um valor indicativo apenas.

<sup>44</sup> De acordo com a informação disponível, há um gerador que abastece todo o corpo administrativo. Portanto, contou uma vez apenas.

<sup>45</sup> A informação acerca dos orçamentos municipal e comunal não é público no município de Bundas e não foi disponibilizado para os propósitos do presente documento. Porém, apurou-se que o município não lida com o orçamento, cuja maioria é financiado pelo Governo Provincial, uma vez que as receitas fiscais são muito baixas. As comunas geralmente recebem fundos do município trimestralmente.

<sup>46</sup> Vide: República de Angola, *Programa de Reintegração das Populações do Moxico*, Julho de 2002, p. 16 e Anexo 3.

<i>Programa de Reintegração das Populações do Moxico do Governo Provincial de Moxico, sectores de actividade:</i>	Orçamento para Bundas, 2004 [USD]
a. Reabilitação das capacidades de produção (agricultura, pesca, comércio e micro empresas)	1.020.340
b. Reabilitação das infra-estruturas básicas (estradas e pontes, energia e água)	308.890
c. Reabilitação das capacidades socioeducacionais (educação, saúde , grupos vulneráveis)	534.140
d. Reforço das capacidades institucionais	529.040

## **4. ACESSO, TRANSPORTE e COMUNICAÇÕES**

### **4.1 Estradas e pontes**

O município de Bundas durante muito tempo esteve desligado do resto do país. A sua rede de estradas sofreu uma destruição em larga escala. Todas as suas pontes foram destruídas e foram minadas extensões importantes de estrada e travessias de rios. O município em muitos aspectos assemelhava-se a uma ilha perigosamente cercada de águas abundantes em recifes. O único acesso para o município era via aérea, pela pista de voo de Lumbala N'Guimbo. Esta situação foi e continua a ser, embora em menor escala, um dos impedimentos mais importantes para o desenvolvimento, uma vez que limita seriamente os movimentos das pessoas e bens, dentro e fora do município.

Nos finais dos anos 60, os portugueses construíram uma estrada nacional asfaltada a partir de Luena em direcção ao sul, que chega até Ninda via Lumbala N'Guimbo. A estrada ainda existe hoje mas ainda não está aberta entre o rio Lungue Bungo e a comunidade de Lutembo. Entre estes dois locais, várias pontes grandes têm que ser reconstruídas e a estrada deve ser desminada. A reabilitação desta estrada vital é uma prioridade do governo e da comunidade internacional. Como resultado, eles têm combinado esforços<sup>47</sup> naquele sentido e calcula-se que a estrada possa estar operacional no início de 2006.

Entretanto, uma rota alternativa que une o município à capital provincial de Luena está a ser usada pelo governo, ONGs e a população. Ela é um trilho de areia em direcção a oeste de Lumbala N'Guimbo que chega a Cangamba através de Sessa e então rumo a norte em direcção a Luena. A estrada foi avaliada pelo GAM<sup>48</sup> e espera-se que seja classificada pela UNSECOORD de modo iminente. É uma estrada difícil de 470 km e em média leva 2 dias para um carro 4X4 e 3 dias para um caminhão completar a viagem. Esta estrada tem um tráfico limitado, uma vez que é demorado e muito difícil para os veículos (pneus em particular).

A rede de estradas praticável entre as localidades principais do município é como se segue:

- a. Lumbala N'Guimbo-Ninda: estrada asfaltada de Ninda (85 km, 1 hr)
- b. Ninda-Chiúme: estrada de terra batida(45 km, 2 horas)
- c. Ninda-Malundo: trilho de areia (75 km, 3.30 horas). É a rota de acesso principal do município para a Zâmbia (o posto de fronteira de Sikongo situa-se a 30 km de Malundo, trilho de areia, acessível todo ano . Uma estrada de terra batida de 60 km conduz então a Kalabo, a primeira cidade principal acessível na Zâmbia).
- d. Lumbala N'Guimbo-Mussuma Mitete: trilho de areia (80 km, 3 horas), conduz ao posto de fronteira de Zovo.
- e. Lumbala N'Guimbo-Sessa: trilho de areia (100 km, 3.30 horas), primeira etapa da rota de Luena. De Sessa, a pessoa pode usar a velha estrada de terra batida para Cangamba construída pelos portugueses.
- f. Lumbala N'Guimbo-Lutembo: estrada asfaltada (74 km, 1 hora).

Note que Luvuei continua a ser a última comunidade que não é acessível da capital municipal de Lumbala N'Guimbo.

Ao nível municipal, a primeira prioridade, como já mencionado, é reabrir a estrada nacional entre Luena e Lumbala N'Guimbo. Em segundo lugar, algumas pontes existentes<sup>49</sup> na estrada nacional precisam ser consertadas ou se desmoronarão em breve e paralisarão as deslocações intramunicipais novamente. Em terceiro lugar, a manutenção de estradas é

<sup>47</sup> Em coordenação com o governo e as FAA, o PAM está a reconstruir as pontes activamente, com o apoio do GAM e o ACD que estão a procura de minas.

<sup>48</sup> Vide GAM Angola, Relatório de Avaliação da Via "Luena-Lumbala N'Guimbo via Cangamba", Dezembro de 2004.

<sup>49</sup> Nomeadamente aquelas acima dos rios Ninda e Mussuma a sul de Lumbala N'Guimbo e a ponte entre a cidade de Lumbala N'Guimbo e a pista de aviação, a qual, foi construída com materiais temporários tais como vigas de madeira.

necessária, uma vez que a erosão está a ameaçar desmoronar a estrada asfaltada a sul do rio Luche.

A longo prazo, a administração gostaria de unir todas as comunas à Lumbala N'Guimbo por estradas asfaltadas permanentes, estabelecer uma conexão de estrada permanente com Sikongo, Kalabo e Mongu (na província ocidental, Zâmbia) e reabilitar as pontes com materiais duráveis.

#### **4.2 Transporte**

*Transporte público:* não há nenhum transporte público terrestre regular disponível no município. Porém, pode-se achar transporte ocasional entre Lumbala N'Guimbo e Luena (3 dias, custa 5000 Kz) e entre Lumbala N'Guimbo e Kayaweh (por carro de bois, 4 horas, custa 2000 Kz) que se situa a 17 km de Lumbala N'Guimbo no rio Mussuma, e é o ponto de embarcação mais próximo para as pessoas e bens que se dirigem de canoa para a Zâmbia .

*Rios:* o rio Mussuma que flui para o leste, a poucos quilómetros a sul de Lumbala N'Guimbo, e pelo qual a cidade comunal de Mussuma Mitete é construída, jogou e tem jogado um papel importante em termos de transporte de pessoas e bens. A grande maioria de artigos disponíveis no mercado de Lumbala N'Guimbo é importada da Zâmbia, transportada em barcos (até Mussuma Mitete) ou canoas de pequeno tamanho (até Kayaweh). Muitos retornados espontâneos também retornaram e estão a retornar da Zâmbia desta maneira. O rio Luanguinga que se situa a 35 km a norte de Lumbala N'Guimbo e flui na direcção sul também jogou um papel semelhante, embora não tão importante. Ambos os rios se encontram poucos quilómetros depois de entrarem na Zâmbia, e são afluentes do rio Zambezi.

*Ar:* desde o fim da guerra, o acesso aéreo teve um papel absolutamente crucial para o município. Até muito recentemente (fim de 2004) era o único modo de acesso à Lumbala N'Guimbo de outras partes de Angola. Perto de 100% dos materiais das ONGs e agências da ONU que operam em Bundas eram aerotransportadas (só uma quantidade muito limitada veio da Zâmbia por terra ), levando a custos operacionais altos e constrangimentos logísticos sérios. A pista de voo de Lumbala N'Guimbo é controlada pelas FAA, cuja base está situada próximo dela. É uma pista de voo de terra batida de aproximadamente 1.8 quilómetros comprimento, compactada e adaptada para a descolagem e aterrissagem de aviões de carga como o Hercules C-130 .

Esta pista de voo, até o momento, não beneficiou de uma estratégia de longo prazo de reparação e manutenção, uma acção que deveria ser priorizada.

Na realidade, as operações aéreas de repatriamento tiveram que ser interrompidas em Outubro de 2004, uma vez que a pista de voo deixou de ser praticável como resultado do desgaste. Além disso, todo o tráfego aéreo foi parado durante 5 semanas em Abril de 2005 devido a uma mina antitanque que foi achada profundamente enterrada na pista de voo. Porém, na altura em que se escrevia este documento, a pista de voo estava novamente operacional, e as operações aéreas estavam a decorrer.

#### **4.3 Minas e Segurança Pública**

Como é o caso para a maioria do país, o município de Bundas foi seriamente afectado pelos problemas gerados por minas e ONDs (objectos não deflagrados). Tal como foi previamente notado, um dos principais impactos negativos deles foi o de isolar o município do resto do país, tornando a rede de estradas impraticável.

Do lado da segurança pública, porém, graças ao trabalho efectivo das FAA e do GAM, as minas têm causado danos limitados, uma vez que nenhuma vítima foi registada em 2004 e 2005, e só dois acidentes aconteceram, segundo notícias, em 2003.

Como regra geral, as áreas suspeitas são todas claramente marcadas e faz-se a consciencialização<sup>50</sup> contra as minas da maioria da população alcançável no seu local de estabelecimento, à chegada no centro de acolhimento ou das as crianças na escola. Diz-se que algumas pessoas restabeleceram-se em áreas suspeitas, principalmente por causa de uma falta de consciencialização ou informação.

<sup>50</sup> O GAM, entre outras coisas, encarrega-se de campanhas de consciencialização, mas faltam os recursos humanos para abranger todos os bairros do município.

Além disso, embora o território não tenha sido avaliado na sua totalidade, as minas não parecem colocar um problema irresolúvel em termos de acesso às terras cultiváveis. Isto assim é, principalmente, graças à grande disponibilidade de terras para o cultivo, à relativamente baixa pressão demográfica e ao facto de que a maioria das minas e ONDs parecem ter sido concentrados ao redor de eixos de comunicação e posições militares, e geralmente não ao redor dos campos. Além disso, as FAA e o GAM fizeram disto uma prioridade para assegurar o acesso suficiente de terras cultiváveis para a população do município em rápido crescimento.



#### 4.4 comunicações

Em geral, para a maioria da população, os meios de comunicações dentro do município são escassos e quase inexistentes no que concerne às outras províncias e países.

Não há nenhuma rede telefónica (fixa ou móvel) disponível ao público. E a administração municipal, as agências da ONU e as ONGs são os únicos a ter acesso aos telefones satélite operacionais (entretanto altamente caros).

A administração municipal comunica-se com as comunas, postos de fronteira e com o resto do país pela sua rede de rádio de HF. Este é literalmente o único meio de comunicação disponível dentro do município, e é restringido ao uso do governo. Porém, uma quantidade grande das pessoas possui um rádio de FM pequeno, e a Rádio Nacional de Angola, bem como as estações de rádio zambianas, a BBC ou a Voz da América estão entre as estações (relativamente) regularmente escutadas.

Algumas ONGs e Agências da ONU têm acesso à Internet por uma conexão via satélite funcional.

A imprensa escrita não é distribuída regularmente, embora o Jornal de Angola seja encontrado ocasionalmente e, esporadicamente, jornais zambiano chegam ao município com o afluxo de comerciantes e retornados. Muito poucas pessoas têm um televisor, embora um televisor público parece ser manuseado diariamente pela administração.

#### 4.5 Conclusão

*Prioridades:* Em resumo, as prioridades para a intervenção no campo do acesso e comunicações podem ser classificadas como se segue:

1. *Desminagem:* reforçar os programas de consciencialização contra minas e continuar a desminagem e os esforços de demarcação para assegurar que aconteça o seguinte;
2. *estradas e pontes:* reabilitar a Estrada Nacional entre o município e Luena;
3. *estradas e pontes:* reabilitar/construir estrada de acesso para a Zâmbia;
4. *Acesso aéreo:* reabilitar pista de voo de Lumbala de N'Guimbo de modo durável
5. *estradas e pontes:* assegurar a manutenção regular da rede de estradas a longo prazo.

*Projectos potenciais:* o grupo de trabalho para o acesso e comunicações recomendou que os projectos seguintes pudessem ser implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, para responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo de Prioridade	Local	Nome do Projecto	Nº estimado de beneficiários
1	Município	Reabilitação da Estrada Nacional para Luena (em curso)	29000
2	LNG	Reabilitação e plano de longo prazo para a pista de voo de LNG	29000
3	Município	Construção de estrada entre LNG e Zâmbia (Sikonge)	29000
4	Ninda-Luche	Reabilitação de estrada degradada depois do rio Luche	29000
5	LNG-Ninda	Reabilitação de pontes de madeira (especialmente rios Lumbala e Mussuma)	29000
6	LNG-Mussuma	Construção de 7 pequenas pontes para assegurar o acesso o ano todo	3800
7	Município	Sistema de transporte público intramunicipal (mini-vans)	29000
8	Município	Sistema de transporte público intraregional	29000

## 4.6 Dados

Tabela. 5 REDE DE ESTRADAS EXISTENTES QUE NECESSITAM DE REABILITAÇÃO

Local De - Para	Class. <sup>51</sup>	Comprimento [kms]	Cor da ONU <sup>52</sup>	Acesso Todo o Ano	Tempo de Condução	Observações
Estrada Nacional Luena-LNG <sup>53</sup> (trecho entre o rio Lungue Bungo e Lutembo)	EN	150	V	A	2 horas	Presentemente avaliada e reabilitada pelo GAM, ACD, FAA, PAM
LNG-Ninda, 1 quilómetro depois do rio Luxe	EN	55	Vd	A	30 min	A erosão pode em breve fazer a estrada desintegrar-se. Urgente
Ninda-Chiúme	EN	45	Vd	A	2 horas	EN mas nunca asfaltada. Existem fundações de areia/terra batida
Ninda-Malundo posto de fronteira (com a Zâmbia)	ER	75	Vd	A	3.30 hrs	Estrada principal(terra batida) para a Zâmbia
LNG-Mussuma e posto de fronteira de Zovo (via Kayaweh)	ER	80	Vd	A	3 horas	2ª estrada para a Zâmbia e acesso para 2 portos fluviais principais
LNG-Sessa	ER	100	V	A	1 h 30	Antiga ER compactada de terra batida, não a estrada de areia já aberta

**Nota:** há mais estradas denominadas de *picadas* que estão a ser usadas por veículos nacionais, e que beneficiariam de esquemas de construção/reabilitação, tais como os trilhos de areia de Chiúme para os bairros populosos de Hanganá (pela fronteira zambiana), Porto Rico e Chiquote. Exemplos semelhantes são achados noutras comunas e não foram incluídas na tabela, uma vez que elas não são de alta prioridade.

<sup>51</sup> Classificação: EN= Estrada Nacional ; ER= Estrada Regional secundária / terciária não asfaltada; NC= Não classificada

<sup>52</sup> As cores da ONU referem-se ao código de cores da UNSECOORD: V para Vermelho; A para Amarelo; Vd para Verde. Informação válida na altura da pesquisa (Maio de 2005).

<sup>53</sup> LNG significa Lumbala N'Guimbo.

**Tabela 6. PONTES PRINCPAIS QUE NECESSITAM DE RECONSTRUÇÃO**

Estrada <sup>54</sup> De - Para	Localização Da Ponte	Comprimento Da Ponte	Aberta S/N	Trabalho necessário
LNG - Ninda	Ninda - rio Lumbala	10 m	S	Urgente. Substituir a madeira podre por vigas duráveis
LNG - Ninda	Rio Mussuma	10 m	S	Urgente. Substituir a madeira podre por vigas duráveis
Cidade de LNG - Pista de voo de LNG	Cidade de LNG	5 m	S	Urgente. Substituir a madeira podre por vigas duráveis
LNG - Ninda	Ninda - rio Kassanga	10 m	S	Substituir a madeira podre por vigas duráveis
LNG - EN de Lutembo	Rio Luvu	10 m	N	Ponte durável em EN asfaltada para ser construída
LNG - EN de Lutembo	Rio Lufuta	10 m	N	Ponte durável em EN asfaltada para ser construída
LNG - EN de Lutembo	Rio Lutembo	10 m	N	Ponte durável em EN asfaltada para ser construída
LNG - ER de Sessa	Rio Lukula	7 m	N	Construir ponte em ER ainda não aberta (estrada de terra batida compactada)
LNG - Mussuma	Vários afluentes	2 - 3 m	S	Construir/reabilitar pequenas pontes em 7 afluentes diferentes, para facilitar o acesso à comuna durante o ano todo
Lutembo - EN de Luvuei	Vários afluentes	10 m	N	Construir pontes em no mínimo 4 rios para alcançar a comuna de Luvuei pela EN (asfalto)
Luvuei - EN de Lungue Bungo	Vários afluentes	10 - 15 m	N	Construir pontes em no mínimo 3 rios para alcançar o rio Lungue Bungo, onde a estrada se liga à EN para Luena

---

<sup>54</sup> EN = Estrada Nacional

## 5. ABRIGO E INFRA-ESTRUTURAS DA COMUNIDADE

### 5.1 Habitação

Todos os edifícios existente foram destruídos durante as várias fases da guerra. Como resultado, antes dos esforços de reconstrução serem reatados nos finais de 2002, não se achava nenhuma estrutura permanente no município, só as ruínas e as fundações permaneceram, como testemunhos de um passado cheio de vida. Hoje em dia, as únicas estruturas permanentes são quase todas infra-estruturas públicas. No que se refere à habitação, uma quantidade muito limitada de edifícios foi construída para aguentar mais alguns anos. A grande maioria deles foi construída com materiais temporários.

Calcula-se que, ao longo do município, a população se manteve em média no seguinte tipo de edifício ou abrigo:

- a. Chapa de plástico do UNHCR: 15%
- b. Casas com telhado de colmo: 35%
- c. Casas de pau-a-pique e telhados de colmo: 45%
- d. Casas de adobe, ocasionalmente com telhados de zinco,: 10%
- e. Casas de cimento com telhados de zinco: menos de 1%

Todas estas casas ou abrigos, com excepção das de cimento, serão consideradas edifícios temporários, com uma probabilidade de duração de poucos anos. Posto isto, deveria notar-se que excluindo a minoria (15%) de pessoas, muito recentemente retornadas, que vivem em simples abrigos de chapas de plástico, a maioria das pessoas tem um lugar razoavelmente seguro para ficar.

Na realidade, o processo para as pessoas recentemente chegadas obterem um lote de terra para efeitos de habitação é rápido e simples. Em média leva dois a três dias, tempo suficiente para contactar um soba, e para escolher um lote satisfatório de terra. A terra é invariavelmente atribuída gratuitamente. Porém, as pessoas não recebem qualquer formulário, documentação de propriedade ou título de propriedade.

Nunca se registou nenhuma disputa de terra séria no município, onde a administração confiou aos sobas a competência sobre a distribuição de terras. A administração só joga um papel de monitorização à distância. A população residente<sup>55</sup> normalmente é consultada no processo, mas é improvável que levantem qualquer objecção graças à grande disponibilidade de terra. A população que retorna confirmou a recepção de uma superfície de terra bastante grande para as suas residências, que se calcula em média de aproximadamente 200 m<sup>2</sup> por casa, mas varia dependendo do tamanho da família e do local (lotes geralmente maiores em bairros fora do centro "urbano" principal de Lumbala N'Guimbo).

Todos os retornados aceites no centro de acolhimento de Lumbala N'Guimbo recebeu *kits* de construção e chapas de plástico e, portanto, bem equipados em termos de abrigo. O resto da população de Bundas não tinha recebido um tipo semelhante de assistência, mas a grande disponibilidade de madeira e erva para os colmos lhes ajudou a responder às suas necessidade de habitação de maneira autónoma.

Essencialmente, a habitação/abrigo não representa uma das necessidades cruciais da população de Bundas, com excepção da população mais vulnerável tal como menores desacompanhados, idosos ou deficientes que não têm a habilidade de construir a sua própria casa. Posto isto, muito pode ser feito para melhorar as infra-estruturas de habitação no município, e a administração tem fortemente encorajado a população para construiu as suas casas ou os muda para edifícios mais duráveis, usando cimento, chapas de zinco, pintura e outros materiais protectores. O problema a este respeito é a escassez de materiais de construção duráveis, e os preços altos dos materiais disponíveis.

Em geral, há poucas pessoas capacitadas com habilidades de construção rudimentares tais como os pedreiros e carpinteiros. O que realmente falta para que casas mais duráveis sejam construídas é habilidade de construção mais avançada (até mesmo uma casa de adobe,

<sup>55</sup> Como já foi notado, a população inteira de Bundas foi deslocada durante a guerra, portanto quando se fala de população residente, estamos a nos referir às pessoas que se teriam restabelecido na comunidade há mais de 3 anos.

se correctamente projectada, pode durar 20 anos), materiais bem feitos (por exemplo, embora o barro esteja extensamente disponível, não há nenhuma produção de tijolo refractário em grande escala, que duram muito mais que os blocos de adobe) e poupanças privadas suficientes para casas para investir em abrigos de prazo mais longo.

## 5.2 Infra-estruturas da comunidade

Há muito poucas organizações da comunidade ou associações no município. Os únicos que se localizam num edifício permanente são as muitas igrejas e o centro apoiado pelo UNHCR para a promoção das mulheres em Lumbala N'Guimbo, que se dedica à alfabetização de mulheres e à geração de renda através da produção em pequena escala de roupas e outros produtos de artesanato.

Além destas, a maioria das organizações da comunidade tal como a associação de retornados, a equipa de futebol, e a UNACA (uma associação de agricultores patrocinada pelo estado) são encontradas em Lumbala N'Guimbo. a Maioria das comunas têm um campo de futebol perto da escola, mas isso é tudo o que há em termos de infra-estrutura da comunidade em todo o município.

Desde 2003, instalou-se um mercado organizado em Lumbala N'Guimbo, no Bairro de Katchana onde aproximadamente umas 50 lojas pequenas vendem uma gama de bens de primeira necessidade importados e uma quantidade muito limitada de excedentes agrícolas. As comunas de Ninda, Mussuma Mitete e outras estão no processo de estabelecer mercados com algumas lojas. Este tópico é tratado com mais detalhes no *Capítulo 7 em Sectores Económicos*.

Lumbala N'Guimbo tem um edifício relativamente grande restabelecido chamado o "Clube Recreativo" (Centro Recreativo), cuja vocação era, como sugere o seu nome, um lugar a ser usado pela comunidade para entretenimento e eventos especiais. Até ao momento não está operacional, mas a administração tem planos para voltar a usá-lo como um lugar para o uso público.

Exceptuando os campos de futebol de terra batida compactada básicos, não há virtualmente nenhum pátio de recreio ou parques projectados para o entretenimento de crianças. Foram feitas sugestões para se criar tais áreas recreativas seguras para as crianças, principalmente nas capitais municipais e comunais, perto do edifício escolar, normalmente localizado na parte central da cidade.

## 5.3 conclusão

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção na área do abrigo e infra-estruturas da comunidade podem ser classificadas como se segue:

1. *Infra-estrutura:* organizar mercados nas comunas (esp. Ninda e Mussuma)
2. *Habitação:* formar a população para construir habitações a longo prazo (até 20 anos) com material local amplamente disponível;
3. *Habitação:* apoiar a nascente indústria da construção (formação, crédito, equipamento);
4. *Infra-estrutura:* organizar espaços públicos, em particular pátios de recreio para crianças junto às escolas.

## **6. USO DA TERRA**

### **6.1 Posse da terra**

A terra está amplamente disponível no município, que tem uma densidade populacional muito baixa no momento (calculada<sup>56</sup> entre 0.76 e 1.14 pessoas/km<sup>2</sup>), e estima-se que mais de 50% da sua vasta superfície é para o efeito de cultivo. Como resultado, segundo notícias, nenhum conflito surgiu em relação à posse da terra, uma vez que ela representa um recurso abundante.

A terra é normalmente alocada pelo soba à população recém chegada, ao nível de bairro. O lote médio de terra que é determinado para propósitos de cultivo é de aproximadamente 1 hectare por família, entretanto a superfície varia substancialmente de uma família para outra, uma vez que é geralmente ajustada à capacidade de exploração da família. Estima-se que 75% da população tem um lote de terra para cultivar, embora esta percentagem se aproxima dos 95% na maioria das comunas fora de Lumbala N'Guimbo.

A terra é atribuída gratuitamente e, segundo notícias, em quantidade suficiente, a toda a população que retorna. Uma vez que a terra é alocada a uma família, nenhum título ou documento de propriedade é outorgado; entretanto, supostamente, a administração está a planear fazer isto no futuro. Embora a terra não seja possuída formalmente, os membros da família (geralmente os sobrinhos) podem herdar a terra.

### **6.2 Cultivo de colheita**

Em geral as colheitas mais cultivadas no município são milho, mandioca, painço, sorgo e inhame como artigo de primeira necessidade; ervilhas, feijão e batata-doce; e cebola, tomate, repolho, couves, abóbora e cenoura. Antes da guerra cultivava-se o arroz e a batata, mas agora já não, por falta das contribuições necessárias.

Em 2003 e 2004, a maioria da população de retornados registada instalada no distrito municipal de Lumbala N'Guimbo e nas comunas de Ninda e Mussuma Mitete receberam sementes e pacotes de ferramentas. Porém, de acordo com as pesquisas, ninguém (ou muito pouca gente) recebeu tal pacote nas outras comunas do município, principalmente devido a constrangimentos ligados à acessibilidade e às limitações em termos de *stock*. Como resultado, a produção agrícola foi baixa, longe de cobrir as necessidades alimentares de uma família média, e isto em particular nas comunas de Chiúme, Sessa, Luvuei e Lutembo.

Porém, há um grande potencial para aumentar a produção agrícola do município, uma vez que os agricultores só muito recentemente reataram a actividade deles<sup>57</sup>, numa região onde todos os campos foram deixados sem cultivo durante pelo menos 3 a 4 anos. Os constrangimentos principais para aumentar a produção são a escassez de sementes, a disponibilidade limitada de ferramentas, a falta quase total de tracção animal, a falta de fertilizantes (o uso limitado de estrume é feito), doenças do plantio e a falta de crédito. Algumas áreas como Sessa também enfrentam problemas como peste e predadores tais como leões, impedindo a extensão de campo às áreas que são muito distante dos centros populacionais.

Note-se também que, supostamente, antes do conflito armado, alguns agricultores podiam colher duas vezes por ano: em Setembro - Outubro no fim da estação seca (graças a sistemas de irrigação) e em Maio - Junho, depois das chuvas, na estação de colheita regular. Hoje em dia, a falta de recursos e materiais impede o desenvolvimento dos sistemas de irrigação e, por conseguinte, os cultivadores só podem colher uma vez por ano.

Até mesmo durante o tempo de colheita, estão disponíveis no crescente mercado de Lumbala N'Guimbo quantidades muito limitadas de produtos agrícolas locais. A razão primária para isto, como já foi notado, é que muito poucos cultivadores são capazes de produzir em quantias que excedam as suas primeiras necessidades a fim de vender e gerar receitas. Além da baixa produção, a falta de transporte e as longas distâncias entre as áreas de produção e a mercado são também factores inibidores importantes. Finalmente, a escassez de dinheiro na economia municipal significa um poder de procura relativamente baixo.

<sup>56</sup> Como foi notado no Cap. 2, as cifras da população variam na fonte de informação.

<sup>57</sup> Em escala muito pequena, e em 2002 o mais breve.

Como consequência, os mercados mais próximos onde os insumos agrícolas (ex. sementes, ferramentas e outros) podem ser encontrados são Luena e Kalabo na Zâmbia, que são ambos de difícil acesso devido à pobre rede de comunicação e a falta de sistema de transporte público organizado.

O aumento da produção agrícola a fim de, pelo menos, assegurar que as comunas do município sejam auto-suficientes numa base alimentar foi identificado logicamente como a mais alta prioridade na ordem do dia. Como uma medida de emergência para responder a esta necessidade crítica, as sementes, os insumos agrícolas e ferramentas básicas deveriam estar disponíveis para um número maior da população, com particular atenção dada às comunas mais afastadas de Chiúme, Sessa, Luvuei e Lutembo.

Também seriam precisos arados e animais de tracção para ampliar a superfície de terra cultivável e foram pedidas avaliações e pesquisa mais detalhadas para melhorar os serviços de expansão agrícola. Também foi identificada a necessidade para a formação alargada de agricultores, visto que a maioria está a usar técnicas de produção tradicionais de potencial inferior. Finalmente, e com grande importância, se deve prover crédito aos agricultores. Sugeriu-se que estes não precisam de ser efectuados numa forma monetária, mas também poderiam acontecer dentro do quadro do Plano de Multiplicação de Sementes<sup>58</sup> onde são emprestadas sementes em vez de dinheiro.

Finalmente foram sugeridos projectos para reabilitar um sistema de irrigação construído pelos portugueses (ou construir um novo) para permitir o cultivo de hortaliça nos arredores de Lumbala N'Guimbo. Os sistemas de irrigação também poderiam ser estendidos às outras áreas, fomentando potencialmente o aumento da produtividade de terra cultivável.

### **6.3 Gado**

Pelo município, calcula-se que uma família média tenha pelo menos um par de galinhas criado para consumo de casa. Porém, note-se que grandes diferenças foram reveladas em termos de posse de gado. Para além de galinhas, encontram-se ocasionalmente caprinos e bovinos, mas eles são possuídos por um número muito limitado de pessoas. Antes da guerra, também foram encontrados porcos e ovelhas, além do gado que agora se cria no município.

O gado, além das quantias limitadas de galinhas, geralmente não é vendido no mercado. A carne de vaca às vezes pode ser encontrada, proveniente de vacas que morrem ocasionalmente de causas naturais. Os mercados mais próximos onde o gado pode ser comprado são Luena e Kalabo na Zâmbia.

As principais razões da falta de mais gado nos mercados do município decorrem do facto de que a população não tem os meios para comprá-lo e da resultante quantidade limitada de produção. Esta situação é agravada pelo facto de que não há nenhum serviço veterinário ou qualquer tipo de resposta efectiva disponível no caso de doença animal.

Para remediar esta situação extrema, é preciso crédito e formação para criadores de gado. Mais uma vez, de modo semelhante, como foi sugerido para produtos agrícolas, poderiam ser traçados planos de multiplicação de gado. Além disto, a ajuda veterinária estaria a beneficiar a comunidade inteira.

### **6.4 Caça, Vida Selvagem e Pesca**

A caça e a pesca foram tradicionalmente as actividades praticadas pelos M'Bunda, os habitantes originais da região. Esta tradição persiste até hoje e estas jogam um papel central na alimentação das famílias locais.

A maioria da carne vendida nos mercados informais e organizados do município provem da caça. O animal mais caçado é em geral a cabra selvagem (Cambambi em M'Bunda, ou cabra do mato em português). Pode-se encontrar um número limitado de impalas, gazelas, porcos selvagens ou macacos. Elefantes e grandes felinos como leões, chitas e leopardos

<sup>58</sup> Tais planos já foram implementados com sucesso no município, através da Medair e da UNACA, uma associação de agricultores angolanos, mas foram interrompidos devido à falta de fundos.

encontram-se na selva (em particular na área de Sessa), mas não se sabe se eles são caçados para o consumo.

A caça é feita de forma tradicional, por pequenos grupos de homens com arcos e setas. Alguns caçadores melhor organizados também usam armas, mas o seu uso não é generalizado.

O peixe é geralmente vendido em todos os mercados informais e organizados do município, com realce das comunas de Chiúme e Mussuma Mitete como centros importantes de produção, dado a sua localização nas proximidades dos maiores rios. Pelas mesmas razões, Luvuei e Lutembo provavelmente também têm um potencial significativo para a pesca. Apesar disto, não há nenhuma indústria de pesca disponível no município. O peixe é então vendido fresco ou seco, como nenhuma outra (mais cara, mas mais saudável) forma de processamento está disponível.

As técnicas de pesca são tradicionais, entretanto alguns começaram a usar mosquiteiros para melhorar a sua eficiência. Não existe material de pesca mais elaborado. Porém, não há certeza se uma indústria de pesca mais intensiva seria desejável, visto que não foi feita nenhuma avaliação do efectivo de peixe e da administração sustentável deste recurso natural. As autoridades locais e os pescadores acreditam, segundo informações, que há muito potencial para uma actividade de pesca acrescida, particularmente nas águas do rio Kuando Kubango.

Finalmente, a produção de mel tradicional é muito comum e é uma actividade existente desde há muito tempo neste município. Na realidade, segundo as informações, esta área já foi bem conhecida pela qualidade e sabor do seu mel. Há um grande número de abelhas nesta região, e o mel que elas produzem está a ser explorado por colmeias rudimentares feitas de rolos de cascas de árvores e colocadas em árvores na mata. Daí, o mel é geralmente consumido ou vendido não refinado.

Foi sugerido que pudessem ser desenvolvidos viveiros, através da construção de lagoas e represas. Estas proveriam um complemento necessário e muito apreciado para a alimentação básica da população e permite assegurar que o efectivo de peixe existente nos rios não está a ser esgotada, com mais pessoas a voltar para o município e os aumentos subsequentes de pressão alimentar. Adicionalmente, foram feitas recomendações para melhorar as técnicas mais eficientes de produção e processamento de mel para alcançar uma produção de grande escala.

### 6.5 Árvores e Silvicultura

Geralmente, as árvores de frutos como mangueiras e bananeiras encontram-se relativamente ao redor das áreas principais de concentração demográfica. As mangueiras em geral sobreviveram a guerra, e foram plantadas tradicionalmente no centro de bairros, na sombra das quais a comunidade se reunia. As bananeiras foram recentemente novamente plantadas e elas crescem muito bem nesta região. Segundo a informação, há também goiabeiras, mamoeiros, laranjeiras, limoeiros e abacateiros, embora em quantias limitadas.

Não há nenhum pomar ou qualquer tipo de cultivo de fruta organizado no município, entretanto há um potencial definido e uma necessidade de se desenvolver tal actividade. Aparentemente, nunca foi estabelecido na região uma produção ou um processamento de fruta de grande envergadura, até mesmo antes da guerra, provavelmente em parte devido à escassez de crédito e os altos custos de organização.

Supostamente, os principais constrangimentos que impedem o aumento da produção de fruta são a fraqueza de iniciativa local (em parte devido à falta de conhecimento e perícia, e também por causa do investimento a longo prazo que tal actividade requer), a falta de árvores novas e rebentos por plantar (embora que os rebentos de banana estão paulatinamente a tornar-se mais fáceis de adquirir) e as doenças das plantas.

Outras árvores geralmente encontradas são eucaliptos, acácias, *muchivi* e um número extensamente abundante de outras árvores silvestres. Estas são geralmente usados como matéria-prima em residências básicas e edifícios de abrigo e uma pequena quantidade está a ser transformada em vigas, traves ou mobília básica por um punhado de carpinteiros (em Lumbala N'Guimbo e em certas comunas). Além disso, a madeira representa a fonte primária



de energia para a vasta maioria da população, e o carvão está a ser produzido de forma rudimentar e vendido nos diferentes mercados.

A desflorestação não é um problema no município, visto que a pressão demográfica continua baixa. Ao redor dos principais eixos de transporte aconteceram alguns problemas de erosão, e estes agravam-se com o decurso de cada estação chuvosa. A população inteira tem acesso a madeira em quantias suficientes, entretanto a distância pode vir a ser ocasionalmente um factor inibidor. Na realidade, a madeira não é um recurso escasso nesta região, pelo contrário, Moxico foi conhecido como um centro de produção e processamento de madeira.

No que toca os seus recursos naturais, o município gostaria de promover o estabelecimento e educação de grupos ao nível da comunidade, responsáveis para controlar o uso e o administração de recursos naturais. Além disso, são desejáveis medidas para encorajar a instalação de pomares e plantações de árvores para produzir madeira, visto que a terra e a mão-de-obra estão amplamente disponíveis. Em particular, as plantações de banana poderiam prover uma resposta rápida, efectiva e relativamente barata à insegurança alimentar como também uma actividade produtiva geradora de receitas.

## 6.6 SEGURANÇA ALIMENTAR E MECANISMOS DE COMBATE

Em todas as comunas visitadas, estimou-se que a actual produção alimentar não é suficiente para satisfazer as necessidades básicas da população. Está claro para a administração que assegurar a segurança alimentar é a prioridade principal da intervenção no município. Note-se porém, que o grau de insegurança alimentar varia substancialmente entre as comunas. As mais vulneráveis foram identificados como sendo a de Chiúme e Sessa onde ninguém beneficia das Distribuições Alimentares Gerais (DAG)<sup>59</sup> do PAM levada a cabo todos os meses pela Medair. As comunas de Mussuma Mitete, Luvuei e Lutembo também enfrentam um certo nível de insegurança alimentar que está a ser tratada em parte pelo DAGs. A situação no centro municipal de Lumbala N'Guimbo parece ser relativamente melhor, como a maioria das pessoas recebe ajuda alimentar, e têm meios para eles próprio cultivarem.

Como já foi notado, em Junho de 2005, a época de colheita tinha iniciado há pouco tempo. Porém, nas comunas de Chiúme e Sessa, a população geralmente previa ficar sem comida antes do mês de Setembro. Em média, ao nível municipal, a população previa a falta alimentar em Dezembro ou Janeiro, entretanto uma minoria das pessoas consegue produzir bastante para satisfazer as suas necessidades alimentares. Os indicadores desta situação são a escassez de produtos agrícolas frescos nos vários mercados do município, e o facto de que a ajuda alimentar do PAM não está a ser em geral vendida mas consumida pelos beneficiários.

Em tempos de escassez, a população recorre normalmente a vários mecanismos de sobrevivência. Dependendo da região, a caça, a pesca, ou ambas jogam um papel primordial, embora que eles sejam actividades altamente cansativas. Pelo município inteiro, a população recorrerá também ao mel e frutos silvestres como fontes de alimentação. A situação é particularmente difícil nos meses que precedem a colheita, visto que as reservas, caso houver, se esgotam. Além disso, as pessoas poderiam optar em trabalhar para agricultores mais ricos, melhor dotados, embora que isso seja um caso raro. Finalmente, para as famílias e comunas mais vulneráveis, poder-se-ia prover insumos alimentares grátis em tempos de crise, contanto que eles hajam meios para isso.

Silos de colmo, fixados em plataformas de madeira sobre o chão, é o modo habitual de manter reservas de comida. É um modo tradicional eficiente e de custos bem aproveitados para manter os produtos colhidos longe da peste e da humidade. Preservar colheitas não é um problema maior do que o baixo nível de produção agrícola que não permite os agricultores construir reservas suficientes.

É preciso remediar rapidamente a situação de insegurança alimentar. De acordo com os intervenientes locais, a ordem de prioridade em termos de necessidades alimentares é

<sup>59</sup> Todos os retornados com documentos válidos ou em estado de vulnerabilidade extrema podem ser autorizados, à chegada no centro de acolhimento de Lumbala N'Guimbo, a receber a DGA durante pelo menos um ano. Porém, é de salientar que as PDIs e as pessoas que não têm documentos válidos podem não beneficiar da DGA e podem ser obrigadas a enfrentar a insegurança alimentar sem ajuda.

como se segue: primeiro as áreas de Chiúme e Sessa, depois Lutembo e Mussuma Mitete, bem como as pessoas vulneráveis (menores desacompanhados, velhos e deficientes) dentro do município. Para confirmar isto, as Avaliações de Vulnerabilidade/Necessidades Críticas do PAM/FAO devem ser levadas a cabo antes do fim do ano.

A longo prazo, para se evitar a dependência em ajuda alimentar, deve-se procurar todos os meios que induzirão o aumento sustentável da capacidade de produção alimentar do município. Recomendações a este respeito foram feitas acima nas *Secções 6.2 a 6.4*. Em resumo, estes incluem entre outros: planos de multiplicação de sementes e/ou animais, formação de melhores agricultores e técnicas de cultivo (inclusive o uso de tracção animal e fertilizantes, e o desenvolvimento de sistemas de irrigação), desenvolvimento de viveiros, criação de pomares e produção de fruta em larga escala, extensão de micro créditos aos agricultores, e melhoria da apicultura e processos de produção de mel.

## 6.7 CONCLUSÃO

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção nos campos da agricultura, criação de gado, recursos naturais e segurança alimentar podem ser classificadas como se segue:

1. *Segurança alimentar:* promover a auto-sustentabilidade alimentar através do apoio e reforço da capacidade de produção alimentar local (a curto prazo, apoiando com sementes e ferramentas);
2. *Agricultura:* aumentar a produtividade agrícola, apoiando com ferramentas, promoção de tracção animal, serviços de extensão, fertilizantes e formação de agricultores em técnicas de cultivo eficientes;
3. *Gado:* promover a posse de galinhas para criação e consumo, bem como gado para criação, consumo e tracção animal
4. *Árvores e Silvicultura:* implementação de pomares (esp. plantações de banana a baixo custo de implementação);
5. *Pesca:* promover uma pesca continental mais eficiente, desenvolvendo uma piscicultura local.

*projectos propostos:* o grupo de trabalho para o *uso de terra, agricultura e segurança alimentar* recomendou que os projectos seguintes pudessem ser implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, para responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo de Prioridade	Local	Nome do projecto	N.º estimado de beneficiários
1	Chiúme	Multiplicação de sementes (milho, feijão, mandioca, e outras colheitas)	100 agricultores
2	Sessa	Multiplicação de sementes (milho, feijão, mandioca, e outras colheitas)	20 agricultores
3	Mussuma	Multiplicação de sementes (milho, feijão, mandioca, e outras colheitas)	100 agricultores
4	município	Criação de pomares (esp. bananeiras) e formação em produção de frutas	500 agricultores
5	município	Formação de grupos para uso e gestão de recursos naturais	29000 pessoas
6	LNG	Reabilitação do sistema de irrigação (cultivo de hortaliça)	250 agricultores
7	LNG	Provisão de colheita e formação para produção	6000 famílias
8	LNG	Plano de Micro crédito para agricultores	2500 famílias
9	LNG	Instalação de viveiros - projecto piloto	50 agricultores
10	LNG	Provisão de gado e formação para produção - projecto piloto	300 famílias

11	município	Criação de abelhas e produção avançada de mel - projecto piloto	100 famílias
12	LNG	projecto piloto Agro-florestal - Ninda e beira do rio Lumbala	300 agricultores

## 6.8 Dados

Tabela 7. FACTOS BÁSICOS<sup>60</sup> SOBRE AS COLHEITAS (PERÍODO 2004 - 2005)

Colheitas	% calculada de agricultores <sup>61</sup>	N.º calculado de agricultores <sup>62</sup>	Média de terra cultivada por família <sup>63</sup>	Colheita média por família, Época passada	Quantidade média de vendas no mercado
Milho	90%	21924	80% de 1 ha = 8000 m <sup>2</sup>	N/A	N/A
Mandioca	50%	12180		N/A	N/A
Massambala	90%	21924		N/A	N/A
Sorgo	50%	12180		N/A	N/A
Inhame	10%	2436		N/A	N/A
Ervilhas	90%	21924	15% de 1 ha = 1500 m <sup>2</sup>	N/A	N/A
Feijão	50%	12180		N/A	N/A
Batata-doce	50%	12180		N/A	N/A
Cebolas	33%	8120	5% de 1 ha = 500 m <sup>2</sup>	N/A	N/A
Tomates	33%	8120		N/A	N/A
Repolho	33%	8120		N/A	N/A
Couves	33%	8120		N/A	N/A
Abóbora	33%	8120		N/A	N/A
Cenouras	33%	8120		N/A	N/A

<sup>60</sup> Não há nenhuma informação oficial sobre a totalidade dos indicadores nesta secção. As cifras apresentadas estão baseadas em estimativas, provenientes de entrevistas no terreno como única fonte. Eles têm apenas um valor indicativo.

<sup>61</sup> Com base em entrevistas, foi calculado que 90% de agricultores estavam a cultivar o milho, massambala e ervilhas; 50% estavam a cultivar a mandioca, o sorgo, batata-doce e feijão; 33% estavam a cultivar a hortaliça; e 10% estavam a cultivar o inhame, mas estas cifras não são verificáveis.

<sup>62</sup> Os cálculos sobre o número de agricultores estão baseados nos resultados seguintes: aproximadamente 75% da população de LNG é agricultora e aproximadamente 95% da população extra de LNG é agricultor. Como resultado, usando as cifras oficiais da população, o número total de agricultores pode-se calcular em aproximadamente 24360 sobre aproximadamente 28730 habitantes no Município (85%).

<sup>63</sup> A superfície prescrita de terra por família é 1 hectare (1 ha, equivalente a 10.000 m<sup>2</sup>) e a superfície actual cultivada parece ser consistente com esta cifra. A falta de informação é porém muito importante para prover detalhes sobre a distribuição de espaço por tipo de colheita. Foi calculado que, no momento, em média, 80% da superfície está a ser utilizada para produtos principais; 15% para legumes; e 5% para hortaliça.

## 7. ÁGUA E SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA

### 7.1 Água

Embora a água esteja geralmente disponível em abundância nesta área de Angola, o acesso à água potável continua a ser extremamente limitado, e presentemente restrita àquelas áreas que têm beneficiado das intervenções<sup>64</sup> de água e saneamento da Medair, e mais recentemente da Oxfam. Estes esforços que começaram em 2002 com apoio financeiro do UNHCR ajudaram a melhorar as condições de água e saneamento do município. Porém, com o constante fluxo migratório de retornados e o aumento acentuado da pressão demográfica, os resultados alcançados estão ainda longe de satisfazer as necessidades da população bem como também os padrões mínimos internacionais.

A situação de acesso à água potável varia amplamente de acordo com o município. Na realidade, 26 dos 31 pontos de abastecimento de água seguros construídos ou reabilitados no município situam-se dentro do centro municipal de Lumbala N'Guimbo. Apenas 5 deles estão nas comunas circunvizinhas<sup>65</sup>; isto é, um em cada área, nomeadamente: Ninda, Chiúme e Sessa e 2 nos centros comunais de Mussuma Mitete.

Note-se que as comunas de Lutembo e Luvuei não têm qualquer ponto seguro de abastecimento de água<sup>66</sup> operacional.

Em média, pelo município, foi calculado que:

- a. 8% da população retira água de nascentes.
- b. 69% da população retira água de rios
- c. 23% da população retira água de pontos seguros de abastecimento de água

Porém, é também de notar que estes 23% de pessoas capazes de ter acesso à água a partir de pontos seguros de abastecimento de água reflectem o facto de que a área com a mais alta densidade populacional (isto é a área de Lumbala N'Guimbo) é a que está melhor dotada em termos de pontos seguros de abastecimento de água. Na maioria das áreas fora da vizinhança de Lumbala N'Guimbo a mesma percentagem pode vir a baixar drasticamente, até 5% no máximo.

Graças a uma rede fluvial naturalmente desenvolvida, a distância média entre a residência e os pontos de acesso à água é relativamente curta. Pensa-se numa média entre 500 a 1000 m. no interior do município.

Como regra geral, o acesso melhorado à água potável é a segunda necessidade mais crítica<sup>67</sup> no município. A prioridade mais alta, em termos de intervenção, é a construção de mais pontos de acesso a água potável como poços cavados a mão, nascentes seguras e perfurações, nos vários Bairros da comuna de Chiúme, e posteriormente nas comunas de Lutembo e Luvuei, logo que elas se tornarem acessíveis às ONGs. Finalmente, todos os bairros principais localizados fora dos centros comunais também podem vir a precisar de tais intervenções.

Até aqui, as comunas locais geralmente foram construtivamente envolvidas nas escavações de poços, e intervenções futuras deveriam incluir as comunas na construção e manutenção destes pontos de abastecimento de água. Os esforços para aumentar a consciência sobre assuntos relacionados com a água (higiene, uso apropriado de recursos de água, importância de acessos certos, impacto de doenças causadas pela água e modos de as evitar, etc.), a provisão de ferramentas para a construção de pontos de abastecimento de água e a formação para a sua manutenção são de facto uma parte importante de acções necessárias a serem tomadas. Além disso, deveriam ser montados bancos de peças sobressalente de marca Afridev para assegurar o funcionamento sustentável das bombas de água que foram construídas ou reabilitadas. Foi sugerido um projecto de grande envergadura,

<sup>64</sup> Vide a Tabela 8 para uma descrição detalhada dos pontos seguros de água construídos ou reabilitados nos 3 últimos anos.

<sup>65</sup> Estes pontos de água seguros encontram-se apenas nos centros comunais. Nenhum deles foi construído nos bairros das até ao momento, onde as necessidades devem ser no mínimo críticas.

<sup>66</sup> Nenhuma construção de pontos de água foi levada ao cabo nestas duas comunas, principalmente devido ao facto de que ela ainda não foram avaliadas, desminadas e liberadas dos AND; ficando, portanto, fora do alcance dos OIs e ONGs.

<sup>67</sup> A necessidade mais crítica, como foi notado acima, sendo a de assegurar a segurança alimentar.

isto é a reabilitação da rede de distribuição de água de Lumbala N'Guimbo, que estava operacional antes da guerra.

## **7.2 saneamento**

O uso de latrinas tornou-se popular no município, principalmente graças a um esforço contínuo de campanhas de saúde e saneamento feito pela Medair e pela Oxfam. Em média, calcula-se que aproximadamente 70% da população do município usam latrinas privadas. Esta percentagem é considerada como sendo tão alta ou mais alta quanto à área de Lumbala N'Guimbo, e nas comunas de Ninda, Chiúme e Sessa. Note-se porém que, segundo as informações, a maioria da população (estimada em 75%) não usa latrinas na comuna de Mussuma Mitete, como também em Lutembo e Luvuei<sup>68</sup>.

Não há nenhuma casa de banho privada disponível, mas a população inteira usa rios como casas de banho públicas onde as áreas estão separadas por género. É de notar porém que as mesmas áreas são usadas para lavar roupas e, ocasionalmente, carros. Além disso, é usual para as pessoas tirarem água para uso doméstico a jusante de pontos de lavar e tomar banho, afectando negativamente a qualidade e limpeza da água que eles usam para consumo.

Não há nenhum sistema organizado de recolha de lixo no município, e a maioria das famílias enterra o seu lixo num buraco cavado alguns metros longe das suas casas. Porém, o nível geral de consciência com relação à importância de manter espaços públicos sem lixo continua a ser baixo. Como resultado, e porque o comércio de produtos acumulados está a aumentar de volume, quantias crescentes de artigos não recicláveis como sacolas plásticas, latas e outros estão a cobrir de lixo o centro de Lumbala N'Guimbo.

Os equipamentos de saneamento, inclusive ferramentas para abrir latrinas, sabão e baldes, combinados com campanhas de educação e consciencialização sobre higiene provêm um modo eficaz para responder ao baixo nível de serviço de saúde pública que caracteriza certas áreas. Tais intervenções foram levadas a cabo pela Medair e pela Oxfam, de forma menos abrangente, e provaram ser um modo próspero de mudar positivamente os hábitos de higiene pessoal. Estas campanhas deveriam então ser reforçadas, notavelmente, como foi sugerido, pela formação de mais activistas encarregues de ensinar a higiene e promover a saúde pública dentro das comunidades do bairro.

A saúde pública também melhoraria pela instituição de um sistema de controlo de lixo, pelo menos ao nível de Lumbala N'Guimbo, para começar. Tal sistema asseguraria a recolha de lixo organizada e aterros sanitários centralizados monitorizados por pessoal formado, tendo certeza que o lixo é tratado de forma mais sustentável e amiga do ambiente possível.

## **7.3 conclusão**

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção nas áreas de água e saneamento podem ser classificadas como se segue:

1. *Água:* assegurar o acesso à água potável, em particular nas comunas de Chiúme, Lutembo e Luvuei (cerca de 100% da população sem acesso)
2. *Água:* assegurar a manutenção regular e monitoria de pontos seguros de abastecimento de água ; assegurar a sustentabilidade através da instituição de um banco de sobressalentes.
3. *Saneamento:* encorajar a construção de latrinas privadas pelas famílias (através de equipamentos de serviço de saneamento e outros incentivos)
4. *Saneamento:* continuar e consolidar a formação em higiene e esforços de prevenção, com foco particular nas áreas povoadas remotas,
5. *saúde pública:* desenvolver um sistema abrangente de controlo de lixo em torno da cidade de Lumbala N'Guimbo

<sup>68</sup> Como já foi notado, estas duas comunas ainda não estão acessíveis às ONGs internacionais. Isto ajuda a explicar porque o uso de latrinas não é maior nestas localidades, uma vez que nenhuma formação nem material de apoio foi ainda provido *in situ*.

*projectos propostos:* o grupo de trabalho em água e saneamento recomendou que os projectos seguintes fossem implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, a fim de responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo de prioridade	Local	Nome do projecto	N.º estimado de Benef.
1	Chiúme	2 poços no centro da comuna	1000
2	Lutembo	2 poços na capital comunal	4000
3	Luvuei	1 poço na capital comunal	500
4	Sessa	1 poço na capital comunal	150
5	Ninda	1 poço na capital comunal	2000
6	LNG	Reabilitação do sistema de água urbano	15000
7	LNG	Criação de um banco para os sobressalentes Afridev (para bombas de perfuração)	15000
8	Lukula	1 water point in the bairros	500
9	LNG	Formação de activistas da comunidade especializados em água /saneamento	15000
10	LNG	Criação de uma brigada municipal (monitorando o uso da água)	15000
11	município	Assegurar as fontes de água onde for relevante	N/A
12	LNG	Criação de um sistema de gestão de detritos na capital municipal	15000

## 7.4 DADOS

Tabela 8. PONTOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES

Localidade, bairros	comuna	Tipo de ponto de abastecimento de água <sup>69</sup>	Operacional o ano inteiro	Ano de construção / reabilitação	n.º estimado de beneficiários
Samacuta	LNG	FP	S	2002	501
Kamiji	LNG	FP	S	2002	N/A
Makai/Kachana	LNG	W	S	2002	2000
Escola de LNG	LNG	W	S	2002	300
Chinhundo/Kayeye	LNG	BH	S	2003	2200
Miwango/Makai	LNG	BH	S	2003	625
Centro de saúde de LNG	LNG	BH	S	2003	250
LNG RC (1)	LNG	BH	S	2003	250
Samacaca	LNG	BH	S	2003	331
LNG RC (2)	LNG	BH	S	2003	250
Kayaweh	LNG	W	S	2003	112
Ninda	Ninda	W	S	2003	399
Mussuma	Mussuma	W	S	2003	N/A
Mwenhundo	LNG	W	S	2003	320
Kasangili	LNG	W	S	2004	318
Nkalavanda	LNG	W	S	2004	1000
Misekwa	LNG	W	S	2004	271
Dangereux	LNG	W	S	2005	2000
Machado	LNG	W	S	2005	500
Chipupa	LNG	W	S	2005	350
Sessa	Sessa	W	S	2005	100
Chiúme	Chiúme	W	S	2005	200
Mwetololi	LNG	W	S	2005	437
Sakakuahu	LNG	W	S	2005	616
Kashitu	LNG	W	S	2005	182
Kavalale	LNG	W	S	2005	327
Kavula	LNG	W	S	2005	N/A
Jica	LNG	W	S	2005	N/A
Mussuma	Mussuma	BH	S	2005	N/A
Chingando	LNG	BH	S	2005	N/A
Cerâmica	LNG	BH	S	2005	N/A

<sup>69</sup> Tipos de acesso à água segura: FP = Fonte Protegida; W = Poço; and BH = Perfuração

Tabela 9. PONTOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

Localidade, bairros	Comuna	Tipo de acesso à Água não protegida <sup>70</sup>	Operacional o ano inteiro	Tipo de trabalho necessário	N.º estimado de beneficiários
Chiúme Sede	Chiúme	R	S	W or BH	400
Lutembo Sede	Lutembo	R	S	Reabil. W e escav. BH	1500
Sessa Sede	Sessa	L	S	W ou BH	88
Luvuei Sede	Luvuei	R	S	W ou BH	300
Ninda Sede	Ninda	R	S	BH	500
Bairros populosos	Chiúme	R	S	W ou BH	3000
Lukula	LNG	R	S	W ou BH	250
Muokoi	LNG	R	S	W ou BH	N/A
Kalungulungu	LNG	R	S	W ou BH	N/A
Samakando	Mussuma	R	S	W ou BH	N/A
Lukalai	Lutembo	R	S	W ou BH	N/A

<sup>70</sup> Tipos de acesso à água: L = Lagoa ou cacimba; R = Rio; and N = Nascente



## **8. OUTROS SECTORES ECONÓMICOS**

A vasta maioria (85-95%) da população do município (e quase a totalidade dela fora de Lumbala N'Guimbo) trabalha na agricultura. Numa família típica, os pais e os rapazes maiores de idade passam a maior parte do seu tempo no campo, e vivem dos produtos da sua terra. A economia de Bundas é principalmente, actualmente, uma economia de subsistência onde uma pequena produção local está a ser comercializada. Além disso, a permuta joga um papel importante, visto que o dinheiro é escasso na economia, e em particular fora de Lumbala N'Guimbo.

Porém, há uma diversificação económica embrionária que acontece, indicando um potencial tangível para ampliar a diversificação e fomentar o crescimento económico no município. A partir de agora, as principais actividades não agrícolas incluem o comércio (importações de Luena e Zâmbia), vendas de produtos de caça e pesca, carpintaria, trabalho de pedreiro, costura, moagem, vendas de produtos artesanais, e serviços públicos (na administração, educação e serviços de saúde, polícia e exército).

O emprego é limitado ao serviço público e sectores humanitários/de desenvolvimento (OIs e ONGs), bem como ao trabalho agrícola sazonal ocasional. A administração estima que em média 50 pessoas migram anualmente para centros urbanos como Luena e Luanda para arranjar emprego. Supostamente, vários milhares de angolanos que vivem como refugiados na Zâmbia não teriam voltado ao município, principalmente devido à falta de emprego<sup>71</sup> em Bundas.

### **8.1 COMÉRCIO**

Pode-se encontrar três mercados organizados no município, isto é em Lumbala N'Guimbo, em Ninda e em Mussuma Mitete. Em Lumbala N'Guimbo, o mercado cresceu mais de 4 vezes em volume durante os últimos dois anos, para alcançar um tamanho de cerca de 40 lojas. Os donos de lojas pagam um imposto à polícia fiscal para serem autorizados a fazer os seus negócios. Os artigos vendidos incluem pequenos produtos industriais (tais como cimento, chapas de ferro, tinta e outros), electrodomésticos e produtos alimentares (conservas, bebidas, bens de primeira necessidade e produtos agrícolas frescos ocasionais localmente produzidos).

A mercadoria é transportada de avião a partir de Luanda e Luena (2-3 horas de voo), por terra de Luena (3-7 dias) e de Kalabo, Zâmbia (2-3 dias, só na estação seca) e da Zâmbia por canoas (de 10 a 25 dias, dependendo da motorização e da estação). Os comerciantes pagam um imposto por toda a mercadoria que entra a partir da Zâmbia à taxa fixa de cerca de 50 USD para a mercadoria (independentemente da qualidade ou quantidade) e aproximadamente 100 USD por comerciante.

### **8.2 Indústria**

Actualmente, há informações de que as actividades micro industriais no município consistem no seguinte: vários moinhos de grãos no centro de Lumbala N'Guimbo e nos bairros da periferia, um moinho de madeira, 5 carpintarias e 7 serrações. Supostamente, não há, e nunca houve, qualquer actividade<sup>72</sup> extractiva ou mineira no município.

Antes da guerra, porém, estava em funcionamento uma indústria de madeira de grande porte, satisfazendo mormente as necessidades das serrações e carpinteiros. No mesmo diapasão também havia uma indústria de fabricação de tijolos estabelecida em Lumbala N'Guimbo e, como resultado, a construção era um dos sectores mais produtivos da economia. Havia também oficinas mecânicas e uma bomba de gasolina no centro municipal .

Uma indústria hospedeira de pequena escala de pensões, hotel e restaurantes estava estabelecida em Lumbala N'Guimbo, como também uma padaria grande e uma refinaria de mel.

<sup>71</sup> Alegadamente, a situação dos serviços públicos tais como a educação e a saúde também jogam um papel na decisão de não retornar, ainda.

<sup>72</sup> Note contudo que os relatórios sobre o assunto não são consistentes, e muitas pessoas entrevistadas mencionaram a ocorrência alguma mineração em pequena escala antes da guerra, em particular à volta da área de Ninda.

Há um certo potencial para o desenvolvimento de indústrias locais modestas, principalmente com base na exploração de recursos naturais. Os mais destacados são a exploração de madeira, criação de animais, piscicultura e processamento de peixe, pomares e processamento de frutas, outra forma de transformação de produtos alimentares (como padaria, etc.) e a restauração de fábrica de tijolos e outras indústrias no sector de construção (como argila, areia, pedras, água e outras contribuições naturais estão extensamente disponíveis).

No que concerne à indústria hospedeira, recomendações foram feitas para reabrir 2 restaurantes no centro municipal de Lumbala N'Guimbo e apoiar a abertura de pensões. Além disso, foram feitas sugestões para explorar o potencial do Lukula e as cachoeiras de Luanguinga como sítios de lazer para os viajantes e residentes, visto que estes foram o principal destino de visitas antes da guerra.

### **8.3 O sistema financeiro**

De momento não há nenhuma instituição financeira no município, e o mais próximo deve-se encontrar na capital de província - Luena. Devido à distância e a pouca disponibilidade de transporte, a população de Bundas não usa, nem tem acesso aos serviços financeiros dos bancos de Luena. Além disso, não há nenhum sistema de crédito informal, ou qualquer família mais rica ou entidade capaz de emprestar dinheiro aos agricultores e empresários do município. Finalmente, os direitos de propriedade não são garantidas de forma correcta, visto que não foram emitidos título de propriedade às pessoas para a terra onde eles habitam ou trabalham, nem têm eles títulos de propriedade para outras formas de capital físico que eles possuem. Como resultado, pouco do que está na posse de pessoas poderia ser usado como garantias convencionais, caso houver disponibilidade de crédito formal.

Como regra geral, os entrevistados de vários sectores produtivos (comerciantes, lojistas, agricultores, carpinteiros e outros) identificaram todos a falta de crédito como um dos constrangimentos principais para que eles aumentem os níveis de produção e produtividade.

Porém, há poucos exemplos de programas de micro crédito ao nível provincial e municipal. De acordo com os relatórios, ao nível provincial, o MINFAMU e o MINARS, bem como outras entidades começaram com o tal programa no ano passado, conduzindo a resultados bem sucedidos em geral. Ao nível municipal, o único exemplo é um seminário de uma semana, organizado pelo UNHCR, através do recém inaugurado Centro para a Promoção da Mulher. Há, portanto, um âmbito grande para se explorar as potencialidades e fazer uso desta ferramenta de desenvolvimento na região durante os próximos anos.

### **8.4 Emprego e Formação Vocacional**

Como já foi mencionado, o emprego é limitado a serviço público, OIs e ONGs e a casos raros de trabalho sazonal que é normalmente pago em géneros. Além disso, não há nenhuma instalação de formação vocacional no município, mas encontram-se alguns ao nível provincial, na cidade de Luena.

Em termos de mão-de-obra, foram identificados mais de 50 trabalhadores qualificados, que de momento não estão empregados na sua especialidade. A especialização deles inclui a agronomia e botânica, o ensino, a saúde, a mecânica, a electricidade, a engenharia civil e outros. As razões principais para o seu desemprego são, supostamente: a escassez de empresas e emprego, o facto de eles chegaram recentemente no município, e o seu conhecimento da língua portuguesa.

Em resumo, com base no acima exposto, a economia municipal pode ser caracterizada pelo seguinte:

- a. pequenas explorações, baseadas em família ("economia de subsistência") e diversificação económica embrionária;
- b. fraco estabelecimento/reconhecimento formal dos direitos de propriedade;
- c. ausência de crédito, e a escassez de dinheiro;
- d. fraca capacidade de demanda devido ao muito baixo poder de compra em média;

- e. grandes impedimentos para a circulação de pessoas e bens, afectando negativamente o comércio com outras áreas, e limitando o acesso ao mercado pelos produtores e clientes;
- f. ausência de instalações de formação vocacional e escassez de mão-de-obra qualificada;

### 8.5 Conclusão

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção na área da actividade económica e emprego podem ser classificadas como se segue:

1. *Formação profissional:* implementar programas dedicadas à formação profissional e vocacional
2. *Crédito:* garantir a disponibilidade de crédito para agricultores, comerciantes e empresários de PME<sup>73</sup>
3. *Infra-estruturas:* criar mercados organizados nas comunas
4. *Infra-estruturas:* reabilitar/fazer a manutenção de rotas comerciais dentro do município para Luena e Zâmbia (rios e estradas)
1. *5. Indústria:* apoiar as indústrias nascentes que exploram os recursos naturais locais (construção, madeira, etc.)
5. *Quadro legal:* encorajar o estabelecimento de um quadro legal que garanta o reconhecimento e execução de direitos de propriedade, contratos, etc.

*Projectos propostos:* o grupo de trabalho para a actividade económica e emprego recomendou que os projectos seguintes fossem implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, a fim de responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo de Prioridade	Local	Nome do projecto	N.º Estimado de Benef.
1	município	Implementação de escolas profissionais e formação vocacional	29000
2	Ninda	Criar um mercado organizado para fomentar o comércio e o desenvolvimento económico	2900
3	Mussuma	Criar um mercado organizado para fomentar o comércio e o desenvolvimento económico	2200
4	LNG	Desenvolvimento de micro crédito	2500
5	Município	Reabilitação da rede de estradas municipais e regionais	29000
6	Município	Produção de comida: desenvolvimento da criação de animais	1000
7	Município	Produção de comida: piscicultura e transformação de produtos de peixe	500
8	Município	Produção de comida: produção de frutas e transformação de produtos de frutas	1000
9	Município	Produção de comida: optimização de infra-estrutura de produção de mel	500
10	Município	Desenvolvimento da madeira e indústrias de madeira	1000
11	Município	Desenvolvimento da produção de tijolos e as indústrias relativas à construção	1000
12	Município	Desenvolvimento da produção artesanal e actividades de costura	250
13	Município	Reforço do sector de comércio internacional e municipal	29000

<sup>73</sup> PME = Pequena e Media Empresa

## 9. SECTORES SOCIAIS

### 9.1 Saúde

*Infra-estrutura:* neste momento, um centro de saúde e 2 postos de saúde (incluindo complexos residenciais do pessoal da saúde) foram reabilitados no centro municipal de Lumbala N'Guimbo, bem como um posto de saúde e complexos residenciais em cada uma das comunas de Chiúme, Mussuma Mitete e Ninda. As infra-estruturas de saúde do município são administradas pelo governo, com o apoio e supervisão técnica do pessoal provido pela Medair, que reabilitou os edifícios. Além disso, o governo está agora a construir um centro de saúde maior em Lumbala N'Guimbo, para satisfazer as necessidades crescentes em termos de serviços de saúde induzidas pelo retorno contínuo das populações deslocadas.

O Hospital mais próximo fica situado em Luena, e devido a constrangimentos de transporte, a evacuação entre Lumbala N'Guimbo e Luena é difícil e extremamente ocasional. Estas normalmente são, quando possível, feitas por avião, visto que as dificuldades da rota rodoviária exigem que os viajantes estejam de boa saúde.

Todo o mundo tem acesso livre às instalações de saúde existentes. Porém, uma boa parte da população não tem acesso prático aos serviços de saúde, visto que eles residem em comunas remotas, longe das infra-estruturas de saúde existentes. Como resultado, estas populações permanecem fora do sistema de saúde formal e principalmente confiam em curandeiros tradicionais para remediar. Por conseguinte, há uma necessidade para o estabelecimento de novos postos de saúde nos arredores dos bairros mais populosos e nas áreas de acolhimento. Em particular, as comunas de Lutembo, Luvuei e Sessa beneficiariam muito da reabilitação dos existentes postos de saúde que foram destruídos.

*Pessoal:* a mão-de-obra da saúde no município comporta cerca de 14 enfermeiros treinados e Médicos Assistentes no centro de saúde municipal, e um enfermeiro formado em cada um dos 5 postos de saúde que foram construídos ou reabilitados. Há, segundo estimativas um número adicional de 35 a 40 parteiras tradicionais reconhecidas (PTs) operando em vários bairros do município.

Não há nenhum médico no município e regista-se uma necessidade urgente para trabalhadores de saúde mais qualificados tais como técnicos de enfermagem (de níveis médio e superiores), técnicos de laboratório, dentistas, cirurgiões, outros especialistas e enfermeiros assistentes. A mão-de-obra existente beneficiaria grandemente da formação de mais técnicos, em particular no que diz respeito a capacidades de diagnóstico e administração de activos e recursos médicos.

O pessoal da saúde recebe salários pagos pelo governo e têm direito a alojamento como incentivo para o trabalho. Porém, foram feitos comentários que os incentivos monetários e não monetários eram insuficientes. Como resultado, foram observados problemas de motivação e dedicação por parte do pessoal da saúde<sup>74</sup>. Isto, como também o facto de que a guerra trouxe a paralisação da formação e educação de todos os tipos de trabalhadores especializados, ajuda a explicar o baixo rendimento dos trabalhadores da saúde no município.

*Material:* em geral, as instalações de saúde recebem aprovisionamentos de medicamentos básicos e essenciais, em parte do MINSa (através do PNME) e em parte pela Medair. Os kits de medicamentos essenciais<sup>75</sup> são distribuídos aos postos de saúde com base no stock e relatórios de consulta mensais. Porém, o abastecimento não é sempre feito numa base regular<sup>76</sup> devido

---

<sup>74</sup> Numerosos entrevistados comentaram que em certas áreas não compareciam ao trabalho por vários dias, permanecendo o posto de saúde encerrado. Todavia, isto não é o caso de todos os trabalhadores da saúde e deveria ser tomado apenas como um indicador da necessidade de se investir no capital humano, em quantidade gestão formação para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

<sup>75</sup> Kits essenciais de medicamentos estão concebidos para satisfazer 1000 consultas e comportam um conjunto completo de medicamentos e materiais básicos tais como seringas, luvas, etc.

<sup>76</sup> Alegadamente, a partir de Junho de 2005, a última entrega de medicamentos feita pelo PNME consistia de 15 kits e ocorreu em Setembro de 2004.

à escassez de stock e constrangimentos de transporte. Como resultado, as quantidades disponibilizadas foram achadas insuficientes. Em termos de medicamentos, foi recomendado que o centro de saúde de Lumbala N'Guimbo, como centro de saúde de referência do município, deveria ser dotado de medicinas dispensáveis.

Além disso, os materiais e recursos técnicos são escassos. Não há nenhuma ambulância disponível, há muito poucos frigoríficos<sup>77</sup> e combustível para manter o sistema de refrigeração (para vacinas e outros), e abastecimento limitado de vários instrumentos médicos de uso geral.

*Programas:* para além do PNME já mencionado (distribuição de medicamentos essenciais), o governo também leva a cabo um programa de vacinação (PAV) no município. Porém, as campanhas de vacinação sofrem constrangimentos logísticos, como transporte e limitações em termo de sistema de refrigeração, e falta de pessoal para funcionar optimamente. Como resultado, nem todas as comunas foram contempladas.

Além disso, a Medair realiza vários programas de saúde no município, com foco na supervisão técnica e formação do efectivo da saúde do município, bem como a provisão de medicamentos essenciais; educação e prevenção<sup>78</sup>, por grupos de activistas da comunidade que visitam a população em vários bairros; e a educação dos cuidados médicos básicos através da organização de seminários pontuais. Finalmente, a Medair provê os primeiros cuidados médicos aos recém chegados, através de um posto de saúde no centro de acolhimento de Lumbala N'Guimbo.

Haveria necessidades de prioridade para os programas que focam sobre HIV/SIDA, saúde reprodutiva, tuberculose e malária para serem levados a cabo no município. Porém, como condições prévias para a implementação de tais programas, tanto um aumento importante no efectivo de médicos disponível como uma melhoria no conhecimento técnico e formação deste efectivo teria que acontecer. Na realidade, a implementação de tais programas sem aumento e melhor formação do pessoal poderia provar ser contraproducente.

## 9.2 Conclusão

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção no campo de saúde podem ser classificadas como se segue:

1. *Pessoal:* a máxima prioridade é o aumento no número do pessoal formado em todas as instalações existentes, mas em particular nas comunas;
2. *Pessoal:* formação do pessoal técnico e administrativo existente;
3. *Infra-estruturas:* reabilitação/construção de instalações de saúde nas comunas e comunas remotas;
4. *Material:* apoiar as instalações existentes com transporte e material técnico.

*Projectos propostos:* para apoiar o sector subequipado da saúde, muitas acções tinham que ser realizadas para melhorar a sua capacidade de resposta e a qualidade dos serviços prestados. O grupo de trabalho em saúde recomendou que os projectos seguintes fossem implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, a fim de responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo por Prioridade	Local	Nome do projecto	N.º estimado de Benef.
1	Lutembo	Reabilitação de posto de saúde comunal	4000
2	município	Provisão de material de Construção para construir Postos de saúde nos bairros	15000
3	Luvuei	Reabilitação de posto de saúde comunal	2500
4	Sessa	Reabilitação de posto de saúde comunal	200
5	município	Compra de ambulância para permitir as evacuações entre as comunas e o município	29000

<sup>77</sup> O centro de saúde de Lumbala Nguimbo tem apenas duas mini geleiras, mas essas são insuficientes para satisfazer, por exemplo, uma eficiente campanha de vacinação alargada no município.

<sup>78</sup> Os activistas comunitários ensinam matérias como HIV/SIDA, doenças causadas pela água; higiene e saneamento, etc.

6	município	Compra de veículo para transporte de materiais sanitários entre as comunas e a capital municipal	29000
---	-----------	--	-------

### 9.3 Dados

**Tabela 10. SAÚDE: INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES**

Local	Comuna	Pop. A ser assistida	Tipo de Infra-estrutura <sup>79</sup>	Pessoal <sup>80</sup>			Serviços		
				M	EF	MA	Camas	Sala de parto	Medicamento Essencial
Lumbala N'Guimbo	LNG	14634	CS	0	7	7	6	S	S
Chiúme Sede	Chiúme	4228	NP	0	1	0	2	N	S
Mussuma Mitete	Mussuma	2211	NP	0	1	0	2	N	S
Ninda Sede	Ninda	2925	NP	0	1	0	2	N	S
Nengo	LNG	1500	NP	0	1	0	2	S	S
Chingando	LNG	1500	NP	0	1	0	2	N	S

**Tabela 11. EFECTIVO DA SAÚDE: ESTATÍSTICA**

Pessoal	Número	Pago por			Quantos em cada centro de saúde (CS)	Quantos em cada posto de saúde (PS)
		MoH	NGO	Outros		
Médico (M)	0	NÃO	NÃO	NÃO	0	0
Enfermeiro Formado (EF)	12	SIM	NÃO	NÃO	7	1
Médico Assistente (MA)	7	SIM	NÃO	NÃO	7	0
Parteira Tradicional (PT) <sup>81</sup>	35-40	NÃO	NÃO	Comunidade	0	0
Trabalhador da saúde Comunitária	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

**Tabela 12. INSTALAÇÕES DE SAÚDE: NESSECIDADES PRIORITÁRIAS**

Local	Comuna	N.º de pessoas por atender	CS ou NP mais próximo	Razões da prioridade
Lutembo Sede	Lutembo	4172	45 km	Falta de PS na comuna ou dentro de 30 km
Luvuei Sede	Lutembo	469	94 km	Falta de PS na comuna ou dentro de 30 km
Hangana-Chiquote	Chiúme	2000	120 km	Grande população longe dos PS
Sakakuhu-Kavalele	LNG	750	30 km	Possivelmente condições de saúde mais extremas encontradas no município
Sessa Sede	Sessa	88	100 km	Falta de PS na comuna ou dentro de 30 km
Jerusalém-Salifuwa	Ninda	500	30 km	Grande população longe dos PS

<sup>79</sup>Tipos de Infra-estrutura: CS = Centro de Saúde; PS = Posto de Saúde

<sup>80</sup> Pessoal: M = Médico; EF = Enfermeiro formado; MA = Médico Assistente

<sup>81</sup> As Parteiras Tradicionais (PT) geralmente trabalham nas comunidades, nas casas das suas pacientes e não nas infra-estruturas de saúde. Elas recebem uma forma de compensação do seu trabalho da parte das suas pacientes.

#### 9.4 Educação

Em muitas formas, o sector da educação sofre das mesmas fraquezas principais como o sector da saúde. Em resumo, isto significa a falta de mão-de-obra formada e dedicada, a falta de material técnico (apoio pedagógico e material didáctico para os estudantes) e número insuficiente de instalações (visto que uma boa parte da população vive em áreas carentes de infra-estruturas educacionais).

Como resultado, o nível de analfabetismo é estimado entre 85-95%, com a maioria da população rural sendo quase totalmente analfabeta. O analfabetismo nas mulheres é geralmente mais alta que nos homens.

Também, apesar do facto de que o ensino primário é grátis, uma estimativa de 60% das crianças na idade escolar estão fora do sistema de ensino, principalmente devido à falta de escola e professores dentro de uma distância razoável, e também o facto de que alguns são obrigados a trabalhar nos campos para ajudar apoiar as suas famílias. A percentagem de crianças fora do sistema de ensino aumentou dramaticamente nas áreas situadas longe dos centros municipais e comunais. Note-se que não há nenhuma instalação de ensino permanente nas comunas de Lutembo, Luvuei e Sessa, entretanto poder-se-ia reabilitar no futuro o resto de escolas lá construídas pelos portugueses. Da mesma maneira tal como para infra-estruturas de saúde, há uma necessidade para a construção de novas escolas, nas periferias dos bairros mais populosos e nas áreas de acolhimento.

*Infra-estrutura:* neste momento, há 3 escolas que operam no centro municipal de Lumbala N'Guimbo, e uma escola em cada uma das comunas de Chiúme, Mussuma Mitete e Ninda. Todas essas escolas foram reabilitadas e apetrechadas pela Medair, e foram construídas residências para professores nas três comunas fora de Lumbala N'Guimbo. Além disso, o governo está a construir uma escola secundária em Lumbala N'Guimbo, para satisfazer no futuro as necessidades dos alunos que completam a escola primária. Na altura da pesquisa, a escola secundária disponível mais próxima ficava situada em Luena, muito distante para qualquer aluno potencial do município assistir às aulas.

É também de salientar que algumas estruturas improvisadas com telhado de colmo foram construídas pelas comunas para funcionar como escolas em vários bairros. Estas estruturas temporárias têm servido de sala de aulas na, com a comunidade local organizada em grupos de encarregados de educação, participando nas actividades escolares. Apesar da falta dramática de material e pessoal qualificado, estas estruturas por elas próprias organizadas oferecem um bom indicador da existência do desejo de aprender no município.

Além do trabalho de reconstrução realizado pela Medair, não há nenhuma OI nem ONG permanentemente estabelecida no município e a trabalhar no sector da educação.

*Pessoal:* segundo às pessoas entrevistadas, a necessidade mais crítica em termos de educação relaciona-se à escassez de pessoal qualificado. Segundo as informações, um total de 26 professores treinados opera no município, apoiado por um pessoal de 34 professores não formados. A vasta maioria do pessoal (23 formados e 25 não formados, 80% da mão-de-obra) fica situada no centro municipal de Lumbala N'Guimbo, deixando muito poucos professores que operam nas várias comunas.

Todos os professores concluíram a 6ª classe mas nem todos eles têm a 9ª classe feita. Em média, os professores formados tiveram 3 a 4 anos de formação profissional antes de abraçar o quadro docente. O nível de educação e qualidade do ensino do presente quadro docente foi considerado satisfatório na maioria dos casos. O governo paga salários aos professores, e oferece alojamento àqueles que funcionam fora do centro municipal de Lumbala N'Guimbo, como incentivo de trabalho em áreas remotas.

Segundo as informações, a falta de pessoal formado no município é principalmente devida à ausência de uma escola de formação de professores, à fraqueza relativa de incentivos monetários e não monetários. Foi calculado mais adiante que são precisos 100 professores adicionais de nível médio (técnicos médios) e 70 professores de nível superior (técnicos superiores) para satisfazer as necessidades da população actual, tendo em conta as relativas instalações actuais e futuras.

*Material:* nas 6 escolas formais do município existe matéria básica e mobiliário, entretanto dizem que as escolas no centro municipal carecem de carteiras. Todas as escolas têm falta de mais material didáctico tal como quadros pretos, livros e outros, bem como

material escolar para os estudantes como cadernos, papel, canetas e lápis. Em Fevereiro de 2005, todas as escolas existentes receberam material didáctico e escolar do UNICEF (distribuído pelo UNHCR) e do governo receberam material pedagógico como livros. Porém, estes foram considerados muitíssimo insuficientes para satisfazer as necessidades das escolas formais existentes e o efectivo de estudantes matriculados. As escolas informais organizadas pela comunidade não têm beneficiado dessas distribuições.

Por conseguinte, há uma grande necessidade da provisão de material didáctico, idealmente acompanhada de um aumento do quadro docente.

*Programas:* os estudantes mais avançados estão matriculados na 4ª classe, visto que as escolas só retomaram as suas actividades recentemente, assim não há ainda alunos aprovados para a escola secundária. Por outro lado, note que os programas formais tais como o Programa Comunitário das Crianças (PCC) ou Programa de Educação Comunitária (PEC) nunca foram postos em acção no município.

Além disso, programas tais como Programas Emergentes de Ensino, dirigidos aos adolescentes e adultos que não tiveram a possibilidade de completar a sua formação por causa da guerra, também nunca foram organizados. Porém, e de salientar que foi uma vez organizado um programa de alfabetização pelo MINFAMU, com o objectivo de equipar um pequeno grupo de mulheres com habilidades básicas da leitura e escrita.

Foram realçadas as necessidades para os programas PCC e PEC, bem como as medidas que visam a população de jovens adultos para tentar resolver o problema do analfabetismo. Outro aspecto crítico é o facto de que uma boa parte da população deslocada não fala a língua nacional, português, ou tem somente noções muito básicas desta. Alguns só falam línguas nacionais, por não ter tido a oportunidade de frequentar a escola, outros passaram pelo sistema escolar da Zâmbia, e por conseguinte falam inglês fluentemente. A administração municipal sugeriu a organização de uma campanha pedagógica portuguesa para ajudar as pessoas deslocadas recém retornadas ao município a reintegrarem-se na sua pátria.

### **9.5 Conclusão**

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção na área da educação podem ser classificadas como se segue:

1. *Pessoal:* a máxima prioridade é o aumento no número do pessoal formado, em todas as instalações existentes, mas em particular nas comunas
2. *Infra-estrutura:* reabilitação/construção de instalações de saúde nas comunas e comunas remotas;
3. *Material:* apoiar as infra-estruturas existentes com material didáctico e os estudantes com material escolar;
4. *Língua:* fomentar a reintegração através de campanhas de ensino intensivo da língua portuguesa



*Projectos propostos:* o grupo de trabalho em educação recomendou que os projectos<sup>82</sup> seguintes fossem implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, a fim de responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo da Prioridade	Local	Nome do projecto	N.º estimado de beneficiários <sup>83</sup>
1	município	Campanhas de ensino da língua portuguesa	15000
2	Lutembo	Reabilitação da escola comunal (3 salas de aulas)	800
3	Luvuei	Reabilitação da escola comunal (3 salas de aulas)	800
4	Chiúme-Hangana	Construção da escola (3 salas de aulas)	500
5	Sessa	Reabilitação da escola comunal (3 salas de aulas)	450
6	Chiúme-Porto Rico	Construção de escola (3 salas de aulas)	700
7	Ninda-Mucuvessa	Construção de escola (3 salas de aulas)	600
8	Lutembo-Samuecheno	Construção de escola (3 salas de aulas)	480
9	Ninda-Luati	Construção de escola (3 salas de aulas)	450
10	Chiúme-Boma	Construção de escola (3 salas de aulas)	600
11	LNG	Introdução de programas PIC-PEC	2000
12	Todas as comunas	Introdução de programas PIC-PEC	8000

## 9.6 Dados

**Tabela 13. EDUCAÇÃO: INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE**

Local	Comuna	Tipo de Escola <sup>84</sup>	N.º de salas de aulas	N.º de alunos matriculados		N.º de Beneficiários <sup>85</sup>	N.º de professores <sup>86</sup>	
				Meninos	Meninas		F	NF
Lumbala N'Guimbo Sede	LNG	ES and EP	6	1016	801	14634	23	25
Chiúme Sede	Chiúme	EP	1	194	96	4228	0	2
Mussuma Mitete Sede	Mussuma	EP	1	262	276	2211	1	2
Ninda Sede	Ninda	EP	3	32	25	2925	0	2
Lutembo	Lutembo	Informal	1	229	170	4172	1	3
Sessa	Sessa	Informal	1	19	20	88	1	0
Luvuei	Luvuei	Nenhum	0	0	0	0	0	0

<sup>82</sup> O pré requisito importante para a realização destes projectos é o aumento considerável do número de professores.

<sup>83</sup> Benef. Reflecte o número estimado de alunos depois da conclusão/ implementação do Projecto.

<sup>84</sup> Tipo de escola: EP = Escola Primária; ES = Escola Secundária. Note-se que as comunas de Lutembo e Sessa não têm instalações escolares, mas as aulas são dadas informalmente em cabanas de colmo.

<sup>85</sup> O número de beneficiários corresponde ao número de habitantes na comuna, embora que em certas comunas como Chiúme, a grande maioria vive fora de um raio de 30 km da escola.

<sup>86</sup> Professores: F = Formado; NF = Não Formado.

**Tabela 14. EDUCAÇÃO: ESTATÍSTICA**

Níveis <sup>87</sup>	Total pop.	N.º <sup>88</sup> de crianças na idade escolar	Número de alunos			N.º de crianças fora da Escola	% alunos Fora	N.º <sup>89</sup> de professores		Rácio Professor / Aluno
			Meninos	Meninas	Tot.			Q	NQ	
I NÍVEL	28727	1741	438	347	785	956	55%	7	9	1/49
II NÍVEL	28727	1741	438	347	785	956	55%	7	9	1/49
III NÍVEL	28727	1741	438	347	785	956	55%	6	8	1/56
PÓS PRIMÁRIO	28727	1741	438	347	785	956	55%	6	8	1/56
SECUNDÁRIO	28727	2612	0	0	0	2612	100%	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>28727</b>	<b>9576</b>	<b>1752</b>	<b>1388</b>	<b>3140</b>	<b>6436</b>	<b>67%</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>1/52</b>

**Tabela 15. INSTALAÇÕES ESCOLARES: NECESSIDADES PRIORITÁRIAS**

Local	Comuna	Tipo de Escola Necessária <sup>90</sup>	N.º de salas de aula Necessárias	N.º de alunos presentemente fora da Escola <sup>91</sup>			N.º Benefic.	N.º de Professores Necessários <sup>92</sup>
				Meninos	Meninas	Tot.		
Lumbala N'Guimbo	LNG	SS	6	1306	1306	2612	28727	90
Lutembo Sede	Lutembo	NP	3	301	301	602	4172	20
Luvuei Sede	Luvuei	NP	3	57	57	114	469	3
Hangana	Chiúme	NP	3	60	61	121	500	4
Sessa Sede <sup>93</sup>	Sessa	NP	3	0	0	0	88	2
Porto Rico	Chiúme	NP	3	85	85	170	700	6
Mucuvessa	Ninda	NP	3	72	73	145	600	5
Samuecheno	Lutembo	NP	3	58	58	116	480	3
Luati	Ninda	NP	3	54	55	109	450	3
Chiquote	Chiúme	NP	3	73	72	145	600	5

<sup>87</sup> As estimativas da faixa etária por nível foram as seguintes: I Nível = [6-7 anos]; II Nível = [8-9 anos]; III Nível [10-11 anos]; Pós Primário [12-13 anos]; Secundário [14-16 anos].

<sup>88</sup> Os números foram calculados de acordos com o número de matrículas das CR. Com base nestas, a faixa etária de 6- representa 33% da população. As faixas etárias dentro desta categoria de idade foram calculadas pelo número de anos que elas englobam, considerando que cada ano representa uma porção igual da população.

<sup>89</sup> Professores: F = Formado; NF = Não Formado.

<sup>90</sup> Tipo de escola: EP = Escola Primária; ES = Escola Secundária

<sup>91</sup> O Total de alunos fora do sistema de ensino resultou da projecção das cifras combinadas das Tabelas 14 e 13 relativas ao número de alunos matriculados. Além disso, assume-se que os meninos e as meninas representam a mesma proporção.

<sup>92</sup> Baseado na razão ideal de 1 professor para 30 alunos.

<sup>93</sup> Note-se que a comuna de Sessa não tem alunos que não estejam a frequentar as aulas. Isto é devido ao facto de que as crianças de Sessa, em idade escolar, estão a estudar nas escolas, como assinalado na Tabela 13. Portanto, isto não significa que não haja a necessidade de reabilitar as instalações escolares duráveis nesta comuna.

### 9.7 Assistência a Pessoas Vulneráveis

*Pessoas vulneráveis:* a filial municipal do MINARS identificou um total de 799 pessoas vulneráveis no município<sup>94</sup>, dentre os quais 212 viúvas, 293 pessoas idosas, 107 deficientes físicos e 187 crianças órfãs. Não há porém nenhum plano de protecção social ou qualquer tipo de programa de ajuda estabelecido pelo MINARS para atender às necessidades dessas pessoas.

As necessidades mais críticas da população vulnerável são essencialmente a falta de comida, alojamento e roupa. Em geral, os familiares das pessoas vulneráveis, ou a comunidade onde eles vivem, proporcionam-lhes com as necessidades básicas tanto quanto possível. Note-se que, porém, este é particularmente o caso nas áreas rurais mais remotas, onde os laços da comunidade são mais forte quanto às zonas mais urbanas.

### 9.8 Conclusão

*Prioridades:* em resumo, as prioridades para intervenção no campo de ajuda para pessoas vulneráveis podem ser classificadas como se segue:

1. *Identificação:* desenvolver um programa de pesquisa para melhorar o processo de identificação de grupos vulneráveis;
2. *Infra-estrutura:* construir centros que satisfazem à necessidades básicas de pessoas vulneráveis;

*projectos propostos:* o grupo de trabalho em ajuda, justiça e protecção recomendou que os projectos seguintes fossem implementados, com o envolvimento activo da comunidade local, a fim de responder às prioridades identificadas neste sector:

Indicativo de Prioridade	Local	Nome do projecto	N.º Estimado de Benef.
1	LNG	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100
2	Ninda	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100
2	Mussuma	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100
2	Chiúme	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100
2	Lutembo	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100
2	Luvuei	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100
2	Sessa	Construção de 2 abrigos para pessoas idosas e órfãos	100

<sup>94</sup> O número real de pessoas vulneráveis é provavelmente mais alto, alguns bairros altamente populosos continuam inacessíveis, nas áreas distantes dos centros comunais.

## **10. JUSTIÇA E PROTECÇÃO**

### **10.1 A Situação de Segurança**

*Ao nível da província:* segundo a OCHA/TCU<sup>95</sup>, nos municípios da província do Moxico que conheceram um movimento significativo de regresso da população, os sobas foram pressionados para adoptarem uma certa linha política. Além disso, de acordo com a mesma fonte, houve uma tendência para a marginalização e rejeição de alguns grupos de população devido ao seu aparente apoio à oposição. Houve testemunhas de incidentes envolvendo várias centenas de pessoas no município de Leua, e incidentes violentos incluindo o incêndio de casas em Cazombo (município do Alto Zambeze, Julho de 2004), Cangamba (município de Luchazes, Janeiro de 2005) e em Lumbala N'Guimbo em Abril de 2005.

Com base no mesmo relatório, dizem que o governo tem conhecimento de tais incidentes, e espera que eles se repitam no futuro, particularmente, uma vez que as tensões políticas se levantam devido às eleições do próximo ano. Porém, o governo não espera qualquer uso de armas de fogo ou armas letais. Estão a levantar-se tensões políticas, mas não se espera que isto se traduza em grandes de segurança.

*Ao nível municipal:* como regra geral, a situação de segurança no município de Bundas considera-se relativamente segura e estável. Porém foram relatados vários incidentes de segurança em Lumbala N'Guimbo desde o começo de 2005. Estes, de acordo com documentos do *Field Office*<sup>96</sup> do UNHCR, incluem agressão física, violência, abuso sexual, confisco de bens e pedidos de suborno<sup>97</sup>. De costume, as disputas são resolvidas ao nível da comunidade, com os anciões e sobas a jogarem um papel de mediadores. Devido à seriedade de vários incidentes comunicados, a polícia, a administração e mais raramente as FAA às vezes tiveram que intervir, com, segundo as informações, resultados "encorajadores", incluindo a apreensão de três militares das FAA que tinham ameaçado uma família de retornados.

Como foi mencionado acima, as tensões políticas em Abril de 2005 deram lugar ao mais grave incidente de segurança observado desde 2002 em Lumbala N'Guimbo, que fez com que uma casa fosse completamente incendiada e várias pessoas esfaqueadas. Percebia-se um clima de insegurança durante vários dias, mas a situação foi tratada e voltou ao normal principalmente graças ao papel mediador do administrador municipal e das várias igrejas de Lumbala N'Guimbo.

Além disso, espera-se que o mecanismo de reuniões multi sectorais recentemente introduzido, que reúne a administração municipal, retornados, sobas, polícia, FAA, ONGs e UNHCR, fomente a resolução de conflitos ao nível municipal.

*Ao nível comunal:* a situação de segurança nas comunas é considerada relativamente estável, visto que apenas um número muito reduzido de incidentes foi relatado. É possível e bastante provável, porém, que os incidentes que aconteçam nas áreas remotas e bairros nunca tenham sido informados, mas eles são resolvidos exclusivamente ao nível da comunidade.

### **10.2 Riscos Sociais**

A situação de riscos sociais na comunidade foi avaliada com base num questionário submetido a vários grupos de informantes fundamentais na população. Estes incluem representantes do MINARS, da Cruz Vermelha angolana, da Associação de Refugiados de Lumbala N'Guimbo, do Centro para a Promoção da Mulher, dos PDIs, outros grupos ao nível comunal. Devido à vasta gama de entrevistados, houve uma disparidade sensível de respostas, visto que a sensibilidades e percepções de risco ou violência varia de forma importante de um grupo social para o outro.

<sup>95</sup> Vide OCHA/TCU, *Core Humanitarian Issues*, Luana Maio de 2005.

<sup>96</sup> Vide UNHCR FO, Perfil Comunal de Lumbala N'Guimbo, Lumbala N'Guimbo, aos 32 de Março de 2005. Note-se que àquele respeito a retraction seguinte deveria ser considerada: "Nota: o UNHCR deu o seu melhor contributo para assegurar a exactidão desta informação. Porém, dado às dificuldades de acesso, as mudanças de destino final pelos retornados e a mudança rápida da situação, estas informações serão actualizadas" regularmente.

<sup>97</sup> Vide Figura 2 para mais detalhes

Como regra geral, os incidentes não são informados sistematicamente às autoridades formais como a administração ou a polícia, mas quase na sua maioria negociados ao nível de bairro, com sobas e anciões que jogam um papel de arbitragem. Como resultado, o número de incidentes oficialmente registados é extremamente baixo, levando algumas pessoas a concluir que não existem casos como roubo, confisco de propriedade, abuso físico ou agressão.

Porém, relatórios adicionais permitem identificar e classificar em quatro níveis os seguintes riscos sociais, com base na estimativa da sua frequência<sup>98</sup>:

- a. Alto risco social: alcoolismo, prostituição<sup>99</sup>, matrimónio prematuro<sup>100</sup>, violência doméstica com base no género;
- b. Médio risco social: abuso de droga<sup>101</sup>, estupro e assédio sexual, matrimónio forçado, brigas na rua, violência politicamente incentivada, roubo;
- c. Baixo risco social: homicídios, violência etnicamente incentivada,
- d. Risco social inexistente: crianças de rua abandonadas

A relação entre a população civil e as FAA, bem como com a Polícia está ocasionalmente sujeita a dificuldades, devido as intimidações e abuso de poder que foram informalmente relatados. O alcoolismo parece afectar os militares mais jovens e os polícias em particular; contudo, segundo informações esta situação está a melhorar no município durante os últimos anos.

As causas principais das discriminações parecem ser relacionadas à divisória linguística entre as populações da língua portuguesa e da língua inglesa e à divisória política entre os apoiantes do governo e os apoiantes da oposição. Foi dito que estas discriminações têm repercussões principalmente no mercado de trabalho e no acesso à justiça.

As Mulheres parecem estar a enfrentar uma discriminação de natureza mais tradicional, como o modo de vida no município está extremamente baseado no modelo de família patriarcal tradicional e na organização da comunidade. Como acima mencionado, há apenas uma mulher soba no município e as mulheres só e raramente fazem parte da tomada de decisão na maioria dos níveis.

<sup>98</sup> Foi impossível achar estimativas consistentes do número de casos de riscos sociais identificados, que acontecem dentro de um certo período de tempo. As ocorrências, ou frequências, foram calculadas então numa base comparativa, e classificadas em quatro categorias, isto é.: alto, médio, baixo ou inexistente.

Segundo notícias, várias mulheres teriam migrado para o município com a finalidade de prostituição. Geralmente é dito que a prostituição é uma fonte significativa de renda no município.

<sup>99</sup> Vide Figura 1 para mais detalhes.

<sup>100</sup> Matrimónio prematuro refere-se a pessoas menores de idade, geralmente mulheres, que se casam antes de aproximadamente 15 anos de idade.

<sup>101</sup> Abuso de droga relaciona-se essencialmente ao uso de drogas ilegais como maconha localmente produzida.

**10.3 Dados****Figura 2. RISCOS SOCIAIS**

<b>ALCOOLISMO</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Adultos	X				N/A
Adultas	X				N/A
Meninos		X			N/A
Meninas			X		N/A

  

<b>DROGAS</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Adultos		X			N/A
Adultas			X		N/A
Meninos		X			N/A
Meninas				X	N/A

  

<b>PROSTITUIÇÃO</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Adultos	X				N/A
Adultas	X				N/A
Meninos		X			N/A
Meninas		X			N/A

  

<b>CRIANÇAS ABANDONADAS OU DA RUA</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Meninos				X	N/A
Meninas				X	N/A

  

<b>VIOLENCIAS SEXUAIS</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Estupro		X			N/A
Tentativa de Estupro		X			N/A
Assédio Sexual		X			N/A
Matrimónio Forçado		X			N/A
Matrimónio Prematuro	X				N/A
Violência Domestica	X				N/A

  

<b>VIOLENCIAS NÃO LIGADAS A SEXO</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Homicídios			X		N/A
Briga de rua		X			N/A
Roubo/Assalto		X			N/A
Influencias Políticas		X			N/A
Influencias Étnicas			X		N/A

  

<b>HOMICÍDIOS (causas)</b>	Alto	Médio	Baixo	Inexistente	N.º de casos registados durante o ano passado
Quadrilhas				X	N/A
Drogas				X	N/A
Sexo			X		N/A
Influencias Políticas				X	N/A
Influencias Étnicas				X	N/A
Roubo			X		N/A

#### **10.4 Acesso à Justiça e Protecção dos Direitos Humanos**

Dizem que os deveres cívicos, os direitos humanos elementares e os processos democráticos estão a ser ensinados nas escolas do município, mas a população adulta não recebe tal educação no município, além dos seminários esporádicos organizados no Centro para a Promoção da Mulher. É provável que o período preparativo para as futuras eleições nacionais a serem realizadas em 2006 provoque campanhas mais activas de informação que focalizem em processos eleitorais, e democracia, política e direitos humanos e outros assuntos relacionados.

Por outro lado, o sistema judiciário do município está gravemente subequipado, contando com a presença exclusiva de um promotor. De acordo com relatórios, não há nenhum juiz, nem qualquer advogado estabelecido no município. Além disso, fontes legais (compilações de usos e costumes do país, lei, decretos e outros) não estão supostamente disponíveis para consulta e o Tribunal Judicial completamente equipado mais próximo encontra-se em Luena, a capital da província. Note-se que não há nenhuma organização, ONG ou similar a trabalhar no sector de direitos humanos para prover ajuda legal, aconselhamento ou mediação formal no município, para além do UNHCR que está a monitorar as questões da protecção.

Como resultado, a lei não é rigorosamente estabelecida e a determinação legal de contendas não é a norma. Como já foi mencionado, a resolução de contendas são feitas ao nível da comunidade, e os poderes judiciais são confiados tradicionalmente aos sobas e anciões.

A grande maioria da população (cerca de 100% nas comunas, e um pouco menos em Lumbala N'Guimbo) não tem documentos legais ou bilhete de identidade passados pelo Ministério da Justiça. Os principais constrangimentos que explicam isto são a distância para o sector de identificação mais próximo que faz a entrega dos BI em Luena, o custo do processo (aproximadamente 5000 Kz) e o tempo necessário (6 a 12 meses da data da solicitação).

Uma proporção maior de pessoas foi registada pela administração municipal e teve uma cédula (documento de identificação entregue pelas autoridades municipais), apesar de ser somente a prerrogativa de uma minoria de pessoas, vivendo a maioria em Lumbala N'Guimbo. A maioria das pessoas que vivem nas comunas e bairros fora da área de Lumbala N'Guimbo não tem cédula. As razões por trás disto estão ligadas ao custo da operação (aproximadamente 1500 Kz) e as dificuldades tidas por alguns retornados que viviam em países vizinhos de provar a sua nacionalidade angolana.

Este último ponto foi a causa das dificuldades de reintegração, visto que muitas pessoas que fugiram do município não possuem documentos oficiais que provam a nacionalidade delas. Estes documentos podem ter sido extraviados ou destruídos durante a guerra, e algumas pessoas podem nunca ter possuído qualquer documento que seja. Segundo as informações, os documentos emitidos pela embaixada angolana na Zâmbia às vezes não são reconhecidos pelas autoridades municipais, particularmente em casos relativos a retornados que não falam português. Muitos entrevistados manifestaram o desejo de verem acelerado o processo de reconhecimento e identificação e o seu acesso agilizado.

[À UNHCR para discutir internamente como o Capítulo 10 poderia ser incluído]

## 11. COORDENAÇÃO HUMANITÁRIA / DO DESENVOLVIMENTO

A coordenação das actividades de assistência/desenvolvimento realiza-se principalmente ao nível provincial, sob os patrocínios da UTCAH, CNIDAH e UNOCHA/TCU. Porém, ao nível municipal, não há nenhuma estrutura de coordenação de desenvolvimento formal, entretanto o *Field Office* do UNHCR joga um papel de coordenação significativo no âmbito do repatriamento e actividades de reintegração.

Actualmente, os seguintes OIs têm um escritório no município de Bundas: IOM, UNHCR e WFP. As ONGs internacionais actualmente operacionais em Bundas são: MAG, Medair e Oxfam. No momento da pesquisa, segundo as informações, a JRS tinha planos de estabelecer a sua presença no município. No que respeita às ONGs nacionais, a Cruz Vermelha angolana tem um representante em Lumbala N'Guimbo. Também Note-se que há numerosas igrejas, dentre as quais a igreja católica romana, IEIA, Protestante Reformada, Adventista do Sétimo Dia, UIEA, e outras presentes no município que, independentemente, aliviam e apoiam a comunidade da camada mais baixa.

### 11.1 Dados

**Tabela 16. PRESENÇA DAS AGÊNCIAS HUMANITÁRIAS/DE DESENVOLVIMENTO, ONGS E IGREJAS**

Nome da organização	Estatuto <sup>102</sup>	Sector(es) de operação	Parceiro do UNHCR	Parceiro de outras agências (especificar)
UNHCR	I	Assistência multi sectorial aos deslocados, protecção	S	Agências da ONU, IOM, PIs <sup>103</sup>
PAM	I	Segurança alimentar	S	Agente das NU, IOM, IPs
IOM	I	Repatriação organizada (Ops aéreas, etc.)	S	Agências da ONU, PIs
Medair	F	Saúde, água/saneamento, segurança alimentar, reconstrução (infra-estruturas básicas de saúde e educação), ajuda a pessoas deslocadas	S	PAM
MAG	F	Demarcação, desminagem e consciencialização contra minas	S	N/A
Oxfam	F	Água/saneamento	S	N/A
Cruz Vermelha Angolana	N	Reunificação de famílias	N/A	N/A
Várias igrejas	N	Não estão a operar formalmente nas actividades humanitária / desenvolvimento de grande envergadura	N/A	N/A
JRS	F	Ainda não estabelecida em LNG, mas pode vir para desenvolver as actividades de educação/formação vocacional	N/A	N/A

<sup>102</sup> Estatuto: I = Intergovernamental; E = Estrangeiro; N = Nacional

<sup>103</sup> PI: Parceiro de Implementação



**ANEXO 1. LISTA DE ACRÔNIMOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS**

Bairro	Equivalente à comunidade de uma aldeia. O quarto e mais baixo nível da subdivisão administrativa. As comunas são divididas em bairros.
Bilhete	(Bilhete de Identidade). Documento de identificação oficial emitido pelas autoridades provinciais.
Cédula	Documento de identificação passado pelas autoridades municipais que não tem tanto valor oficial quanto o bilhete identidade.
CNIDAH	Comissão Nacional Inter-sectorial de Desminagem e Ajuda Humanitária (Governo de Angola).
Comuna	Equivalente a um distrito, terceiro nível da subdivisão administrativa. Os municípios são divididos em comunas.
FAA	Forças armadas angolanas (Exército)
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
DGA	Distribuição Geral Alimentar
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
IEIA	Igreja Evangélica dos Irmãos, Angola,
OI	Organização Intergovernamental
OIM	Organização Internacional para Migração
JRS	Serviço Jesuíta de Refugiados
LNG	Lumbala N'Guimbo (capital municipal de Bundas)
GAM	Grupo de Acção contra Minas
MED	Ministério da Educação e Desportos (governo de Angola)
MINARS	Ministério de Assistência e Reinserção Social (governo de Angola)
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção da Mulher (governo de Angola)
MINSAs	Ministério de saúde (governo de Angola)
MPLA	(Movimento Popular de Libertação Angola) partido Político que rege o governo de Angola desde a independência em 1975.
Município	Segundo nível da subdivisão administrativa. As províncias são divididas em diferentes municípios.
ANC	Artigos Não Comestíveis
ONG	Organização Não governamental
PAV	Programa Alargado de Vacinação (programa do MINSAs)
PIC	Programa Comunitário das Crianças (programa do MED)
PEC	Programa de Educação Comunitária (programa do MED)
PNME	Programa Nacional para Medicamentos Essenciais (programa do MINSAs)
Província	Primeiro nível da subdivisão administrativa. O país é dividido em diferentes províncias.
PME	Pequenas e Médias Empresas
Soba	(Vernáculo). Título atribuído às autoridades tradicionais, normalmente uma pessoa idosa, encarregue de uma comuna ou bairro,
PT	Parteira Tradicional
UIEA	União das Igrejas Evangélicas de Angola
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para as Crianças
UNITA	(União Nacional para Independência Total de Angola). Principal partido da oposição que lutou contra o governo do MPLA até 2002, altura em que o seu exército foi dissolvido e a UNITA tornou-se um partido legal.
UNOCHA/TCU	Gabinete de Coordenação para Assuntos Humanitários / Unidade de Coordenação de Transição
UNSECOORD	Coordenação de Segurança das Nações Unidas
UTCAH	Unidade Técnica para a Coordenação de Ajuda Humanitária (governo de Angola)
UXO	Material de Artilharia Não Deflagrado
BM	Banco Mundial
PAM	Programa de Alimentação Mundial das Nações Unidas

**ANEXO 2. LISTA DOS PARTICIPANTES: SEMINÁRIO DE LUMBALA N'GUIMBO**

Este seminário, sobre a elaboração do Perfil Socioeconómico do *município de Bundas*, teve lugar no Centro para a Promoção da Mulher em Lumbala N'Guimbo, aos 6 de Junho de 2005.

	<b>Título</b>	<b>Primeiro e último nome</b>	<b>Função</b>
1	Sr	Júlio Augusto Kuando	Administrador municipal de Bundas
2	Sr	Rosário Pita Chipango	Vice-Administrador municipal de Bundas
3	Sr	José Muhota Mussoca	Chefe da Secretaria - administração municipal
4	Sr	João Manuel Kavanda	Chefe de CDI - administração municipal
5	Sr	Manuel Paulo Kacunga	Director para Área Social - administração municipal
6	Sr	João Esteves Sailiza	Director para Área Económica - administração municipal
7	Sr	Domingos Sapalo	Director do Planeamento - municipal administração Director para Serviços Comunitários - administração municipal
8	Sr	José Francisco Mulazo	Administrador comunal de Lutembo
9	Sr	António Cristiano Miúdo	Administrador comunal de Chiúme
10	Sr	Manuel Chimboma	Administrador comunal de Ninda
11	Sr	Pascóal Manuel António	Administrador comunal de Mussuma
12	Sr	Bernardo Capalo Mutenda	Chefe de Secção - Luvuei
13	Sr	Silva Hichica Chiquila	Membro da administração municipal
14	Sr	José Mulazo Mutunda	Representante da administração municipal do MINARS -
15	Sr	Joaquim Chinoia da Costa	Representante da administração municipal do MINFAMU
16	Sra.	Teresa Mussole Chingole	Representante da administração municipal de saúde
17	Sr	Lemba Chipango	Representante da UNACA
18	Sr	José Pedro Lingunja	Representante da administração municipal de Agricultura
19	Sr	Alberto José Filipe	Director de Escola
20	Sr	Zebedeu Daniel Muandumba	Delegado de Educação - administração municipal
21	Sr	André Catongo	Director da Juventude e Desportos - administração municipal
22	Sr	João Denilgou Kalukango	Membro da Juventude e Desportos - administração municipal
23	Sra.	Odete da Conceição Ferreira	OXFAM
24	Sr	Alério Pinto Marques	OXFAM
25	Sr	Florentino Seteco	S.F.C.G.
26	Sr	José Sampaio	S.F.C.G.
27	Sra.	Luciana Muiage	Representante da Cruz Vermelha de Angola
28	Sr	Nelito Jones	Medair - Coordenador de Cuidados Primários de Saúde
29	Sr	Petra Jobse	Medair - Chefe do posto de saúde da CV
30	Sr	Marcos Kalimbue	Membro da administração municipal
31	Sr	Manuel Catongo	PAM
32	Sr	Domingos Ndedica	Oficial de ligação com a comunidade - GAM
33	Sra.	Jesse André Muzala	IOM
34	Sr	Nataniel Mingos	Medair - Coordenador de construção
35	Sr	Rene de Man	soba
36	Sr	soba Chinhundo	soba
37	Sr	soba Nkalavanda	soba
38	Sr	soba Kayeye	soba
39	Sr	Jorge Martins	Retornado

40	Sra.	Luzia Kapinji	Empresária
41	Sr	Moisés Lotes	Empresário
42	Sr	soba Kachana	soba
43	Sr	soba Kamiji	soba
44	Sr	Domingos Kajila Catondelo	Empresário
45	Sra.	Margarida Francisca	Empresária
46	Sr	Lucas Mateus	Associação de retornados de Lumbala N'Guimbo
47	Sra.	Baita Livonge	Retornado
48	Sr	Pedro K. Chavaya	UEIA
49	Sr	soba Makai Kanhengue	soba
50	Sr	César Muyenga	Empresário
51	Sra.	Maria Dolofeia Mukonda	Empresária
52	Sr	Augusto Chimbinde	Marceneiro
53	Sr	Augusto Lino Mucumbi	Empresário
54	Sr	Jorge Santos SekeLinhanga	Empresário
55	Sra.	Nené Vasco	Empresária
56	Sr	Enrique Valles	UNHCR - Coordenador do Programa de Reintegração
57	Sr	Laurent Corthay	UNHCR - Consultor do Programa de Reintegração

O Instituto de Línguas certifica que o presente documento é uma tradução autêntica e completa do documento em inglês intitulado “ Socio Economic Profile of the Municipality of Bundas”.

Pela Equipa de Tradução

---